

SESSÕES DO PLENÁRIO

19ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de março de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE- PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente

OFÍCIO

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 12/03/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Há sobre a Mesa uma (Lê):- “Proposta de Emenda À Constituição nº 142/2015. Altera a redação do Art. 71, Inciso XVI e do Art. 94, Inciso II.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com fundamento no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual.

Promulga:

Art. 1º – O Inciso XVI do Art. 71 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação:

XVI – indicar, após arguição pública, quatro dos sete membros dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, em votação secreta e por maioria absoluta de votos, na forma de seu regimento.

Art. 2º – Os incisos I e II, do Art. 94, da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação, sendo ainda acrescido ao mesmo Art., o inciso III.

I – dois sétimos pelo governador do Estado

II – quatro sétimos pela Assembleia Legislativa

III – um sétimo pela União dos Municípios da Bahia – UPB

Art. 2º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de março de 2015.”

Existe também um Projeto de Emenda à Constituição de nº 143/2015, de autoria da deputada Neusa Cadore, que (Lê):- “Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 83 da Constituição do Estado da Bahia.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso de atribuição prevista no art. 74, § 3º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º – O § 1º do artigo 83º da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º – Na constituição da Mesa da Assembleia e de cada comissão, é assegurada a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares com assento na Casa, bem como a representação proporcional de cada sexo dos integrantes da Casa, assegurando, ao menos, uma vaga para o sexo feminino.”

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2015.

Deputada Neusa Cadore.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.**(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das

Galerias Paulo Jackson, hoje, a tomar conhecimento das figuras das notas da imprensa, o governo federal, deputado Bobô, não só conseguiu acabar com a Petrobras, como também conseguiu desencadear um processo de deterioração das empresas que prestam serviços à Petrobras. Trago a esta tribuna uma das obras eleitoreiras. Na propaganda eleitoral do PT, na propaganda Dilma Rousseff a televisão mostrava ao cidadão brasileiro que até o trem já passava pela ferrovia, mostrava que a ferrovia já estava pronta e produzindo no nosso País. Hoje, me deparo com a seguinte manchete:

(Lê):- *“Sindicato denuncia demissão em massa nas obras da FIOl.*

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada e Montagem Industrial do Estado da Bahia (Sintepav-BA) recebeu notificação da Galvão Engenharia, nesta segunda-feira (16), de que 700 funcionários que trabalham na construção da Ferrovia Oeste-Leste (FIOl) serão demitidos, devido aos atrasos nos pagamentos do governo federal. De acordo com o Sintepav, todos os lotes da obra passam por problemas financeiros que podem gerar a demissão de 5.868 trabalhadores. As empreiteiras envolvidas na construção apontam que a Valec Engenharia Construções e Ferrovias não realiza os pagamentos...” a ninguém “(...) e que o governo não adota medidas necessárias para a superação da crise. Em nota enviada à imprensa, o sindicato cobra reação dos governos federal e estadual e afirma que a demissão dos trabalhadores 'poderá aprofundar o quadro de pobreza da região.' No última quinta-feira (11), o presidente do Sintepav Bahia, deputado Bebeto Galvão (PSB) se reuniu em Brasília com a direção da Valec para cobrar agilidade no andamento das obras.”

Sr. Presidente, não bastassem as demissões gerais no Estaleiro do Paraguaçu, agora também vêm as demissões da FIOl. O que acontece hoje neste País é a constatação do maior crime eleitoral - na eleição da presidente Dilma Rousseff - que o Brasil já viu.

A televisão mostrava que a Ferrovia de Integração Oeste-Leste já tinha até trem e já era uma vertente de progresso da nossa Nação. Aqui está mais uma mentira aplicada pelo PT no programa eleitoral para querer iludir o brasileiro de boa-fé, que acreditou nas propagandas que não diziam a verdade. Já dizia um ditado antigo que mentira tem pernas curtas. Assim foi o Estaleiro do Paraguaçu, com sete mil demissões, e agora a FIOl, meu Líder e amigo Rosemberg Pinto, a qual aponta praticamente para seis mil demissões neste Estado.

O governo federal parou. Se é a transposição do Rio São Francisco, não existe mais. E para retomar aquela obra será necessário um investimento bem maior. O estaleiro fechou, e agora a FIOl, com outdoors por toda a Bahia dizendo que vai levar progresso.

O governo federal, Sr. Presidente, demonstra que usou da propaganda eleitoral política para enganar o brasileiro, para querer vencer as eleições faltando com a verdade, não levando a mensagem do real Brasil que eles próprios construíram. Mas já diz o ditado, deputado Fabrício Falcão, que a mentira tem pernas curtas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero dizer, deputado e nobre presidente, que fico aflito com mais uma notícia que leva tristeza para a Bahia e os baianos. Já são 700 demissões, podendo chegar a quase seis mil.

Pobre Brasil! Pobre Bahia! Pobres brasileiros que têm o PT governando o nosso País e o nosso Estado!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre deputado Aderbal Fulco Caldas pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, permitam-me ler esta presente moção.

(Lê):- *“Moção de Pesar:*

O deputado infra-assinado requer, após tramitação regimental, sejam consignados VOTOS DE PESAR pelo falecimento do médico e professor NÉLSON BARROS, ocorrido em 14 de março de 2015.

O mundo científico baiano recebeu, com muito pesar, a notícia do falecimento do médico e professor Nélson de Carvalho de Francisco Assis Barros.

Natural da cidade de Salvador, na Bahia, onde nasceu em 16 de março de 1929, Nélson Barros era filho de Francisco de Assis Barros e Dona Georgina Marques de Carvalho.

Iniciou-se nos estudos na Escola Alberto Torres, onde concluiu o curso primário, fazendo os cursos ginásial e colegial (científico) no Ginásio da Bahia. Sua vocação para o magistério a esse tempo já era evidente, pois ainda estudante já ministrava aulas particulares de matemática, latim e ciências físicas e naturais. Em 1951 voltaria ao seu querido ginásio, já agora como professor assistente de física, pois tinha sido aprovado em concurso de títulos e provas.

Em abril de 1955 casou-se com Teresinha dos Santos Barros, e dessa união nasceram Consuelo Barros, Eduardo Barros e Antônio Barros Neto.

Após a formatura (1955), deslocou-se para o interior baiano, clinicando nos distritos itabunenses de Jussari e Buerarema, onde permaneceu até 1957, quando foi indicado para ocupar a Pediatria do Hospital São Jorge, nesta capital.

Em 1967 foi coordenador da residência em Pediatria do Hospital Universitário Professor Edgar Santos - HUPES, o popular Hospital das Clínicas. Em 1958, estagiou no New York Hospital, junto ao professor McCrory, e em 1969 retornou à Bahia, submetendo-se, em 1972, a concurso de títulos e provas para professor assistente da Faculdade de Medicina. Em 1973, conquistou a livre docência em Pediatria, na Faculdade de Medicina, em Goiás.

Aposentou-se de suas atividades de médico neonatalista da Maternidade Tsylla Balbino, em 1983, tendo sido logo após nomeado secretário estadual da Saúde, cargo que exerceu até janeiro de 1986.

Em 1988 fundou a Sociedade Baiana de Pediatria - Sobape, oportunidade em que foi eleito seu primeiro presidente. Em 1990, implantou o serviço de Pediatria do Hospital São Rafael, ocupando sua chefia até 2007, desligando-se a pedido.

Ao longo de suas atividades profissionais, Nélson Barros recebeu inúmeras honrarias, dentre as quais podem ser destacadas o título de Professor Emérito da FAMEB/UFBa (2005), a Medalha Santos Dumont (1985), Comenda do Governo do Estado da Bahia (1986) e placas do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia - Cremeb/BA e da Associação Bahiana de Medicina, ambas em 2005.

Diante de tão lamentável desaparecimento, este deputado sente-se no dever de manifestar de público seu pesar, confortando-o, contudo, ter consciência de que o exemplo de correção e de trabalho deixado por Nélson Barros há de permanecer indelével na memória de seus colegas, amigos, familiares e discípulos.

Dê-se ciência desta Moção de Pesar à Associação Bahiana de Medicina, ao Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia, à direção do Hospital Universitário Professor Edgar Santos e à família enlutada.”

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bobô pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, boa-tarde a todos os deputados e deputadas. Quero saudar a imprensa e as Galerias, onde está presente hoje o povo bonfinense.

Eu queria iniciar a minha fala parabenizando o presidente da Comissão de Infra- Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, o deputado Hildécio Meireles, pela condução muito bem nesta terça-feira, quando recebemos a visita do secretário Marcus Cavalcanti, da Seinfra, com a participação efetiva dos deputados questionando, discutindo e, claro, enaltecendo o trabalho dele. Foi uma manhã muito produtiva. Parabéns, presidente! Espero que a Comissão continue desta forma atuante, porque será muito importante para os trabalhos da área de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia e também para o resgate da cidadania, já que é uma Pasta que cuida da cidadania com o Programa Luz para Todos.

Sr. Presidente, quero agora fazer uma indicação e ao mesmo tempo uma saudação aos deputados que a apoiaram. Irei ler essa indicação, que foi fundamentada no Art. 139 do Regimento Interno desta Casa.

(Lê):- *“Venho encaminhar, através da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, indicação ao Exmº Sr. Governador do Estado da Bahia para que determine a instalação de um Colégio Militar na cidade de Senhor do Bonfim, visando assim melhorias na educação, bem como nos indicadores sociais da*

população e também das cidades circunvizinhas.”

O município de Senhor do Bonfim fica no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, onde temos outros oito municípios. São nove, portanto. Muitos deputados que aqui estão foram votados nesse território - o deputado Adolfo é o grande expoente da política regional. Ficamos muito felizes em contar com o apoio dos parlamentares, e faço questão de nominar a todos os que assinaram essa indicação. Ao mesmo tempo agradeço-lhes pelas assinaturas, porque é de suma importância que esse equipamento seja levado para lá.

Então, os meus agradecimentos aos Srs. Deputados Alex Lima, Adolfo Menezes, filho da cidade de Campo Formoso, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Manassés, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Zé Raimundo, Zó e, em especial, ao deputado Fabrício Falcão, que no mês de outubro foi o primeiro a fazer, a meu pedido, a indicação para que seja instalado um Colégio Militar na cidade de Senhor do Bonfim, portanto no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru. Uma saudação muito especial a V.Ex^a.

Agradeço igualmente à população em todo aquele território de quase 300 mil habitantes. Evidentemente estamos aguardando que esta indicação seja aceita pelo governador e efetivamente se concretize.

Quero saudar a todos os jovens da Optometria! Um abraço para vocês! (Palmas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Srs. da Imprensa, todos os presentes às Galerias, na maioria optometristas (Palmas.), queridos colegas deputados e deputadas, recebemos mais uma notícia triste hoje. As obras da FIOF estão paralisadas por completo. Isso já era sabido há pelo menos 15 dias, quando as grandes empresas que estavam tocando-as disseram que o presidente queria paralisá-las por falta de pagamento do governo federal.

Sabemos muito bem que nesses oito, no total doze anos dos governos Lula e Dilma, perdemos a grande oportunidade histórica, já que estávamos com uma economia forte, de implementar diversas obras de infraestrutura no nosso Estado e no restante do País. Agora, neste momento difícil, a esperança é que o desemprego não aumente e os pais e mães de família tenham condições de pagar a conta de luz, fazer a feira e comprar o básico, porque a situação em 2015 não será fácil.

Vejam que ontem a presidente Dilma fez um discurso. Quando a pessoa está com azar, ela anda na rua, o pombo passa, e você sabe o que é que acontece, não é? A presidenta disse que “a corrupção é uma senhora bem idosa.” Pobre comparação por

uma senhora também idosa.

Estamos a ver todo tipo de dificuldades. O Brasil está engessado. A classe política, com a crise política instaurada, a administração fraca e a gente andando para trás.

Peço, clamo ao governador do Estado, à presidenta e aos seus companheiros que ouçam a voz da população nesse momento. A população está dizendo um “basta”. A população não está dizendo só “chega de corrupção”. Chega de corrupção! Chega de incompetência! Chega de insensibilidade! Chega de humildade falsa! Ir a televisão dizer que é humilde? Humildade, a pessoa exerce no dia a dia. Não vi prova nenhuma de humildade nas declarações dos dois ministros que foram representar a presidenta. Não vi prova nenhuma de humildade. Vi prova de incoerência, de descaso com a população brasileira. Temos que estar atentos a isso. Precisamos estar conectados com o povo. E para isso, independente do partido, os deputados da Oposição e da situação têm que se unir para ouvir a voz da população e dar-lhe resposta, com trabalho e não só com palavras firmes, mas com atitudes. Não adianta dizer que vai ter ajuste fiscal e permanecer com 39 ministérios. Não adianta dizer que vai enxugar a máquina aqui do Estado, cortar alguns empregos pequenos e aumentar o número de cargos mais altos. Chega de brincadeira! Chega de ilusão! Daqui a pouco, o presidente Lula que sempre é o primeiro a fazer alguma coisa no mundo e no Brasil, é quem descobre tudo, é o primeiro, vai dizer que foi o primeiro a roubar dos pobres para dar aos ricos. Robin Hood já foi o primeiro, viu Lula? Vamos parar com isso! Vamos parar com isso! Chega de brincadeira!

Viva Geraldo Vandré! (Cantando): “Dilma, vá embora, que o Brasil não quer você, aproveite leve Lula e a turma do PT. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de 5 minutos. (Pausa.) Por permuta, falará o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, queridos amigos nas galerias, queridos funcionários e funcionárias desta Casa, venho aqui hoje fazer uma reflexão ainda sobre as manifestações populares do último domingo, aquela que podemos considerar como uma das manifestações voluntárias deste País, provavelmente dos últimos 15 anos. Ali estavam trabalhadores, pessoas que compõem a classe média, mas estavam também trabalhadores.

Naquela manifestação, não houve o “kit manifestação”. Quem foi ali, o fez por livre e espontânea vontade: não se recebeu camisas, bonés, não se recebeu nem pagamento de diárias para que se fizesse presente naquela manifestação, que representa nesse momento o sentimento da população brasileira com o que há de pior no País: a corrupção, a falta de competência, a falta de eficiência nos serviços públicos, seja na Segurança Pública, seja na Saúde Pública, na Educação.

É este o sentimento que a população brasileira tem neste momento que já é de

exaustão, ou seja, já de não suportar mais continuar vivendo com a ineficiência do poder público como estamos vendo nos dias de hoje.

Recordo-me que ainda criança, meu caro deputado Rosemberg, já ouvia falar da falta de sistema de esgotamento sanitário tratado. Hoje, a gente vê que mais de 70% da população brasileira ainda convivem com este mal que é a falta de esgotamento sanitário tratado.

No passado, as escolas públicas eram referências. No passado, quem ia para as escolas particulares eram aqueles que pagavam para passar, porque as escolas públicas eram tidas como referência. No passado, a oferta do serviço de saúde pública era muito melhor do que hoje.

Portanto, é este o sentimento da população brasileira: a ineficiência do Estado brasileiro. É preciso ter a humildade para reconhecer dentro o governo, os partidos políticos, sobretudo o Partido dos Trabalhadores, pois este último vem comandando este País há mais de 12 anos.

E não podemos conceber que a nossa presidente da República considere a corrupção como uma senhora velha. Não creio que uma senhora velha faça tanto mal à sociedade como pode fazer a corrupção. Mas se assim quiser considerar, não podemos entender como deixou, durante 12 anos, esta senhora velha passar ao palmo do seu nariz sem que nenhuma atitude fosse tomada de modo a debelar este mal que tem feito ao nosso País e à sociedade brasileira.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, entendo ser esta a hora, de fato, como disse o nobre deputado Pablo Barrozo da seguinte maneira: “É hora de aproveitar a crise para fazer as reformas profundas que este País precisa.” Não é só a reforma política. Há, também, a reforma tributária. Pretende-se a reforma por uma educação melhor e por uma saúde melhor. Este é um verdadeiro pacto federativo. Esta é uma verdadeira repactuação do pacto federativo que o Brasil precisa.

Precisamos desconcentrar os recursos públicos das mãos da União. As prefeituras, melhor, os municípios estão vivendo à míngua. Não é possível um prefeito eleito, para governar uma comunidade e para construir uma escola, tenha de ir a Brasília com a cuia na mão. Nós precisamos mudar o modelo de governar neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de parabenizar os Srs. Deputados, pois todas as comissões no dia de hoje funcionaram. Foram elas: a Comissão da Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Vítor Bonfim; a Comissão Especial da Promoção da Igualdade, presidida pelo deputado Bira Corôa; a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, presidida pelo deputado Hildécio Meireles; a Comissão de Saúde e Saneamento, presidida pelo deputado Alan Sanches; a Comissão de

Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Joseildo Ramos; a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcelino Galo e a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, presidida pelo deputado Eduardo Salles. Ressalte-se, também, que a Mesa Diretora funcionou e, salvo engano, pela primeira vez, com a participação de todos os nove Srs. Deputados.

Portanto, gostaria de registrar e parabenizar todos os deputados que participaram dessas comissões.

Aproveitando o ensejo, deputado Adolfo, me permita dar uma explicação tendo em vista que existe uma presença razoável dos Srs. Deputados. Hoje, na Mesa Diretora, foi aprovada à unanimidade uma decisão que vamos trazer ao Plenário, qual seja, transferir a sessão ordinária de quinta-feira pela manhã para o período da tarde. Então, no período da quinta-feira pela manhã, funcionarão as comissões. Assim, teremos sessões das comissões, no período da manhã, às terças, quartas e quintas-feiras.

Eu vou colocar para votar e o deputado vota livremente. Cada um vota fruto da sua consciência.

Na Mesa Diretora, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Repito, vamos pegar a sessão ordinária de quinta-feira pela manhã e passar para a tarde, pois, geralmente, a sessão ordinária do período matutino é transformada em sessão especial. Certo?

E durante a quinta-feira, no período da manhã, nós nos sentaremos com os dois líderes – o do Governo e o da Oposição – e daremos como sugestão. Mas os líderes podem modificar, pois, nas terças e quartas-feiras, poderão funcionar as comissões permanentes; e, na quinta-feira, poderão funcionar as comissões especiais e subcomissões.

Não é um critério rígido, pois os dois presidentes podem trocar. Mas esta é uma forma de dar mais flexibilidade para que os presidentes das comissões possam marcar três dias, porque com dois dias está cruzando. Consequentemente, apesar de funcionar, há deputados permanentes em duas ou três comissões e isso é impossível.

Então, fica registrado que se transfere a sessão ordinária de quinta-feira no período da manhã para o período da tarde. E as reuniões das comissões acontecerão nas terças, quartas e quintas-feiras no período da manhã.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só a título de sugestão: por que não modificamos as reuniões das comissões de quinta-feira pela manhã para o período da tarde? Assim, não se transferia a sessão ordinária de quinta-feira pela manhã para o período da tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os presidentes não querem quinta à

tarde.

O Sr. Adolfo Viana:- Mas, Sr. Presidente, entenda que há muitos parlamentares aqui que, às vezes, viajam para o interior na quinta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Imagine à tarde.

O Sr. Adolfo Viana:- Eis a minha sugestão. A minha colocação é: melhor do que fazer a reunião das sessões ordinárias pela tarde, fazia pela manhã e as comissões se reuniriam à tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, dificilmente, as comissões marcarão à tarde, deputado Adolfo. Deputado, eu posso, até, colocar em votação a emenda de V.Ex^a. Eu acho melhor dessa forma. Ouvi muitos parlamentares e acho essa a melhor forma. Agora, aceito qualquer sugestão.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Quero chamar a atenção para um fato que é o seguinte: os posicionamentos, sem nenhuma crítica e sem querer entrar no mérito da Mesa Diretora, têm chegado ao Plenário sem nenhuma discussão prévia, inclusive com os líderes partidários.

Isso nos surpreende. Chegou assim e tudo bem.

Dou os exemplos. A presença, agora, só pode ser marcada a partir de 14 horas. Da mesma forma, uma outra vez chegou: quem é titular de uma comissão e falta à reunião da mesma, há corte de salário, mesmo que um membro da comissão peça verificação de quórum após um minuto de início da reunião.

Queria fazer um apelo para V.Ex^a, pois acho que precisávamos conversar mais acerca desta matéria, uma vez que há deputados aqui – e eu sou um deles – que tem uma base, inclusive política, bastante pulverizada. Isso dificulta, realmente, o exercício do nosso mandato.

Eu queria, apenas, um tempo para nós refletirmos sobre isso, a fim de poder colocar em votação com este assunto maduro.

Era este o nosso apelo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só para dizer a V.Ex^a que, durante a semana passada, nós nos reunimos no gabinete com a presença de quase 50 parlamentares. E foi um consenso esta ideia, repito, um consenso. Havia 50 deputados em meu gabinete.

Agora, vamos fazer o seguinte, ou seja, vamos deixar este assunto para a próxima semana. Agora, temos de resolver este assunto, porque o horário de funcionamento das reuniões das comissões estão cruzando.

Quero registrar que estou nesta Casa há 25 anos e nunca vi o Plenário e as comissões funcionando tanto como estão nesta legislatura. Nunca, na história da Assembleia, nos últimos 25 anos, uma terça-feira, às 15h18min., com a presença de

mais de 70% dos parlamentares da Assembleia Legislativa. Confesso que essas medidas têm ajudado.

Mas vamos deixar para a próxima semana.

Estamos dispostos a ouvir as sugestões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas Fabíola e Neuza, ouvi, aqui, o pronunciamento do amigo e deputado Hildécio. Realmente, deputado, o Brasil tem de fazer um novo pacto. Com essas manifestações, acredito que o Congresso Nacional deveria aproveitar para fazer todas as reformas que este País precisa.

Aqui foi falado da saúde pública, da educação, que são problemas gravíssimos que nós temos. Mas, não são problemas do governo do PT, são problemas do país. O governador Wagner que em oito anos investiu na segurança mais do que qualquer outro governador na história desse estado, que deu aumento mesmo sendo, hoje, os salários baixos, mas como nenhum outro governador concedeu aumentos, governador que fez cinco hospitais novos, o Hospital do Subúrbio, Hospital da Criança e o HGE, que é outro hospital.

Eu quero fazer aqui até uma crítica, deputado Joseildo, à Secretaria de Comunicação do governo, porque foi construído, está em vias de funcionar um outro HGE, e a população não tem conhecimento que foi construído, praticamente, um outro hospital. O hospital de Juazeiro, o hospital de Santo Antônio de Jesus, e mesmo assim, com o crescimento da população, o que nós temos hoje é dificuldade de atendimento, principalmente nessas cirurgias mais eletivas, cirurgias mais complexas.

É um problema grave, mas não é um problema do governo do PT, é um problema de todo o Brasil. E, diga-se de passagem, o Brasil é um dos poucos países, deputado Adolfo Viana, do mundo, com uma população de 200 milhões de habitantes, que todos têm direito ao Sistema Único de Saúde. Um dos poucos países, senão o único país do mundo, com a população desse tamanho, onde todos têm direito ao Sistema de Saúde, mesmo com demora, mesmo com a fila, mesmo esperando.

Então, é um problema grave, e nós não podemos querer debitar aqui na conta do governador Rui Costa, que está começando, que já está chamando, convocando dois mil policiais, que sabe da importância da segurança pública, que não é um problema da Bahia, é um problema do Brasil, pelas leis que nós temos, a meu ver, pela impunidade reinante em todas as áreas. Esses são assuntos da maior gravidade, a saúde, a educação.

O que nós temos hoje, um dos problemas que eu debito, deputado Joseildo, gravíssimo, é a estabilidade pública do funcionário público, que deve ter, que é bem vinda, agora o que nós não podemos não ter, deputado Hildécio, V.Ex^a que foi prefeito, são mecanismos que você possa exigir desempenhos.

O Brasil assistiu há pouco tempo, no Rio de Janeiro, os professores em greve, porque o prefeito Eduardo Paes quis implantar a meritocracia, na educação do Rio de Janeiro. Vejam, um Estado como o Rio de Janeiro, os professores ficaram, deputado Joseildo, em greve, porque não queriam ser avaliados e terem os seus salários pelo desempenho.

Então, o Brasil, em quase todas as áreas, deputado Jânio Natal, V.Ex^a que já foi executivo e que conhece, nós não podemos ter estabilidade sem direito a nenhum prefeito, a nenhum governante colocar um funcionário que não queira trabalhar para fora, felizmente é minoria, bem assim na área médica e em todas as áreas.

O que o Brasil precisa é de um pacto que reforme o que tiver de ser reformado, se não for dessa forma, deputado Herzem, não tem governo ou do PT ou do PSDB, nós não vamos sair dessa situação que nós estamos vivendo.

É claro que houve o erro, o governo Dilma querendo atender à população mais humilde, a meu ver gastou mais do que podia, junte-se aí a crise instalada em todo o mundo, e nós temos aí a situação atual do nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Boa-tarde a todos. Saúdo o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e Deputadas, os funcionários, a imprensa, o pessoal da optometria (Palmas.) aqui nas galerias.

Queria iniciar meu pronunciamento hoje ao dizer da audiência pública que tivemos na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e, ao mesmo tempo, gostaria de parabenizar o seu presidente Hildécio Meireles e a sua vice-presidente Ângela por terem conduzido aquela reunião de forma brilhante.

Gostaria, também, de agradecer ao secretário pelas formas cortês e esclarecedora com a qual compareceu. Infelizmente, o secretário não pode, por deficiência do Estado, atender aos desejos e às aspirações dos deputados ali presentes, pois estavam buscando transferir para o Estado o sentimento do seio da sociedade que é o de melhorias na infraestrutura do Estado como nas estradas, nas transmissões de energia elétrica, na reestruturação de aeroportos. Mas, enfim, deixamos as nossas reivindicações e iremos, com certeza, através do presidente daquela comissão, fazer com que os nossos pleitos possam ter resultados.

Queria, também, dizer que apresentei uma indicação ao governo do Estado para que os quebra-molas existentes nas estradas estaduais fossem substituídos por lombadas eletrônicas. Isso atende à segurança pública, porque esses quebra-molas ou esses instrumentos públicos têm servido para, à noite, serem instrumentos que servem aos bandidos e aos assaltantes que, ao verem os carros diminuir a velocidade, aproveitam-se desse instante para assaltar os homens de bem. Esta, também, é razão

de saúde pública, porque esses instrumentos são os responsáveis por diversos acidentes em nossas estradas. Daí a nossa indicação.

Mas, Srs. Deputados, trago, aqui, uma notícia que reflete todo o clima que vive o País. O clima de insatisfação e o clima de descontentamento levaram às ruas do Brasil, no último domingo, dois milhões de pessoas, melhor, dois milhões de descontentes com as políticas públicas adotadas pelo governo federal.

E, aqui, a Defensoria Pública da União, hoje, ingressa na justiça com uma ação contar o Fies para garantir, àqueles estudantes, a renovação dos seus contratos.

Observem, os estudantes aspiraram à uma vida melhor. Os estudantes não têm condições de bancar uma escola particular, já que as escolas públicas existem em número insuficientes. Os universitários acreditaram no programa que lhes davam oportunidade de estudar e é motivo de muita propaganda pelo governo federal, que lhes davam condição de alcançar uma vida melhor.

Mas, atualmente, esses universitário viram-se frustrados logo após ser este um dos carros-chefe da campanha eleitoral de 2014. Viram-se frustrados em suas aspirações com os seus contratos não renovados. Eles viram interrompida a sua vida de estudante em busca de uma vida melhor.

Por isso, quero, aqui, parabenizar a Defensoria Pública da União por este gesto em defesa dos estudantes carentes do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente. Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores presentes, saúdo o pessoal da Optometria... (palmas.)... que democraticamente recorre a esta Casa buscando um pleito que está sendo estudado minuciosamente nos planos estadual e federal. Início a minha fala lembrando um pouco da nossa responsabilidade com o momento que vive o Brasil. Quero lembrar também a história recente do nosso país, principalmente, lembrar do papel da classe política nesse instante. Aquele que exige de cada um de nós o esforço para enfrentar e, acima de tudo, apresentar as respostas que a população espera.

Não farei coro com os que dizem que foi apenas uma manifestação dos que foram derrotados. Eu diria que também foi a manifestação dos que foram derrotados no pelito de outubro. Claro, aproveitaram a onda para dar aquela surfada, tirando aquela lasquinha dessa que é uma das manifestações importantes na história do nosso país.

Também não farei coro aos que dizem que foi apenas uma manifestação da elite branca e dos que estão revoltados com as perdas de espaço dentro do contexto

social. Diria que também estiveram presentes os que ainda não se convenceram que o Brasil de todos é o Brasil aberto. Mas, com muita convicção, digo que não foi uma manifestação só deles.

Vejo como um conjunto de interesses da sociedade que deve ser ouvido, refletido e avaliado pelo governo federal. E é o que está fazendo o governo federal. A fala da presidenta Dilma não diria que tenha sido apenas equilibrada e sensata, mas foi uma fala de autocrítica, de consciência e de uma mulher que já viveu as agruras de ser militante e presa, em defesa das liberdades. Agora, como líder do governo, recebe toda a carga do processo democrático, porque de forma negativa ela será acusada de diversas situações que fazem parte do contexto dos que governam.

Vai sucumbir? Claro que não vai sucumbir. Acho que estará até mais forte que antes. Acho que fará o mesmo percurso que fez na crise de dois anos atrás. Acho que fará as revisões fundamentais para a manutenção do equilíbrio constitucional e garantir que as vozes das ruas sejam ouvidas.

Hoje, pela manhã, aqui, alguns deputados colocaram, e o deputado Marcelo Nilo também falou agora há pouco, da necessidade de mantermos o funcionamento da Casa pela manhã por causa das comissões e subcomissões, que precisam funcionar mais plenamente; e, pela tarde, o funcionamento regular desta Casa. Eu queria, de logo, dizer que não ouvi ainda os Líderes e vice-Líderes do meu Bloco acerca disso, mas posso me manifestar não como Líder do governo, mas como um deputado que está aqui há 12 anos e que também está preocupado com a necessidade desta Casa continuar apresentando respostas a sociedade. E acho que essa é uma boa ideia que vai nos trazer condição de darmos ainda mais conteúdo a esta Casa do ponto de vista da sua necessidade de mostrar eficiência e retorno para a sociedade.

Portanto, esse é um momento que todos têm que fazer aqui coro com a necessidade de colocarmos na nossa pauta a melhoria do atendimento legislativo, a ampliação do diálogo com todos os setores e a ampliação do debate político.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, infelizmente, V.Ex^a vai ter que marcar a presença. Agradeço a compreensão de V.Ex^a .

O Sr. ZÉ NETO:- Eu marquei a presença mas não olhei para o quadro. Acho que na hora devo ter colocado algum número errado. Obrigado, Sr. Presidente.

Aqui, nos momentos que antecederam a minha fala, ouvi a manifestação da Oposição que hoje pela manhã fez as suas manifestações acerca do movimento que aconteceu no país no último domingo, do movimento que vem acontecendo nos setores da política de alguns que pensam que vão surfar muito tempo nas ondas das insatisfações momentâneas. E queria apenas lembrar que nenhum desses que hoje fazem oposição, nenhum desses deputados, vereadores, prefeitos, militantes, pode se arvorar com autoridade de que as complicações ou dificuldades que estão sendo enfrentadas nesse instante com relação à corrupção, aos desmandos e as situações todas que são enfrentadas no País, como figuras que não têm qualquer responsabilidade, ao contrário, quem foi para a rua no domingo pode assistir, como eu assisti em minha cidade, alguns poucos talvez de incoerência absoluta com faixas

pedindo a volta do regime militar. Foi uma minoria, é bem verdade, mas esses se confundiam com aqueles que fizeram parte dos partidos que deram sustentação também ao regime anterior ao democrático que foi um regime totalitário que nesse País perdurou por mais de 20 anos.

Não podem, inclusive aqueles que fizeram parte do nosso governo por anos e anos, aparecer na imprensa como se nada tivessem de responsabilidade histórica com o que estamos a viver.

Todos nós políticos, em menor ou maior intensidade, tempos, sim, responsabilidade com o que estamos a viver porque todos nós participamos da política e devemos fazer coro a necessidade de uma ampla reforma política nesse País.

Ninguém venha me dizer que financiamento de campanha não diz respeito a algum partido nesse País. Ninguém venha me dizer que vai criminalizar doação de campanha e achar que vai ficar algum partido fora. Não temos outra saída, a classe política tem agora a responsabilidade, primeiro, de dar o exemplo na ampliação de todos os diálogos com a sociedade e buscarmos fazer coro ao que ontem aconteceu nesta Casa e que, infelizmente, em função da presença do governo Rui Costa, em Feira, eu não pude participar, de um seminário amplo, de um debate amplo e de um conjunto de ações amplas que possam nos levar a fazer com que neste país aconteça realmente a reforma política. Ah, o PT é o grande vilão? Não, o PT não é o grande vilão. Se formos olhar a história e nos distanciarmos dela, veremos qual foi o papel do PT em toda essa conjuntura. Talvez o erro do nosso partido, o erro inicial do governo Lula foi de não ter buscado romper com as velhas oligarquias, de romper com as velhas práticas de forma definitiva e de romper com os mecanismos que estavam montados na política. Mas pergunto: o presidente da República governaria com menos de 150 deputados eleitos? Não governaria.

Quando chegamos ao governo, lembro-me como hoje, não tínhamos sustentação política. Não tínhamos como também hoje vejo a necessidade de se buscar na reforma política uma formulação que desse condição de termos menos partidos. Não para obstruir a existência dos pequenos partidos, mas para aglomerar interesses que, realmente, legitimem a existência dos partidos. Não vamos dar passos decisivos na política se não tivermos a consciência de como construir um projeto para esse país e cada um dos partidos, realmente, poder defender o seu projeto.

Deputado Marcelo Nilo, eleição de dois em dois anos. O governador do Estado vai ao interior e a pergunta recorrente é sobre quem vai ser o candidato na próxima eleição naquele município, quem o governador vai apoiar como candidato na próxima eleição daquele município. Esse não é o caminho. Precisamos de eleição a cada cinco anos, eleição de vereador a presidente. Precisamos de eleição a cada cinco anos para que tenhamos tempo de cada um desses partidos que alcançarem êxito no Legislativo ou Executivo tenham condição de elaborar um projeto e perseguir esse projeto.

A política não pode se omitir nesse instante brasileiro do que temos a

responder para a sociedade. Não tive e não tenho até agora, pode ser que isso mude, porque não sou prepotente de achar que as coisas não acontecem no decorrer da história, não tive um milímetro de preocupação em relação à massificação real das insatisfações que levaram as pessoas às ruas no último domingo.

Fui paraninfo de uma turma de Nutrição na sexta-feira e não vi animosidade nenhuma ao meu discurso. Fui paraninfo de uma turma de Direito, com três mil pessoas, e não tive nenhuma situação que criasse qualquer constrangimento. Pelo contrário, fomos bem aplaudidos durante nosso discurso. Durante a manhã do domingo, estive em quatro eventos, dois deles eventos de massa, e não vi nenhuma animosidade em relação a minha presença, a presença de um representante legítimo do PT em meio às pessoas, às ruas, aos movimentos. E isso me dava tranquilidade. No último domingo, fui almoçar com minha mulher e minhas filhas de nove e três anos. Deputado Marcelo Nilo, duas coisas me aconteceram, quando entramos no restaurante havia muitas pessoas de camisa amarela e a minha pequena de nove anos apertou minha mão e disse: "E agora, meu pai?" Falei: Agora vamos entrar e vamos conversar com as pessoas de camisa amarela. E fui nas mesas e alguns vieram na minha mesa e não vi nenhuma animosidade a minha presença. Não porque sou apenas conhecido, mas é porque, no fundo, as pessoas sabem que a situação não está só na política da atualidade. O que ouvi de quase todos eles é que estavam indo às ruas não querendo derrubar a presidente, mas era mais uma pressão. Mas nós precisamos responder a essa história da corrupção, porque a história já mostrou que não temos mais como suportar o caminho que se vem dando.

E aí sentei para almoçar. E um fato muito relevante, deputado Joseildo Ramos e deputado Marcelino Galo, um garçom se aproximou e me disse: será, deputado, que eles vão tomar o nosso governo? Eu disse: eles não vão tomar o nosso governo. Talvez eles estejam ajudando a que tenhamos mais condição de governar.

Crises não são para ser escondidas, crises são para ser enfrentadas. Estamos enfrentando uma crise que há muitos e muitos anos já deveria ter sido enfrentada. Não nos vamos esquecer qual foi o legado deixado nesse país pela ditadura militar. Quem pensava em ir às ruas na ditadura militar? Quem pensava em ouvir uma música francesa ou italiana, proibidas no Brasil, por serem consideradas eróticas? Quem não lembra, lê ou sabe o que foi o golpe militar para a cultura desse país, para os cientistas que foram obrigados a sair do país, a buscar guarida em outros países pelo mundo? O que foi o golpe militar? Aquela noite escura para a transparência governamental.

Hoje, estamos vivendo num país em que a Polícia Federal pode trabalhar, teve ganhos reais em uma década, mais do que dobrou os seus salários em ganhos reais. Temos uma Constituição que garantiu plenos poderes de 88 para cá ao Ministério Público, temos o procurador-geral da República Rodrigo Janot, que já não é mais o procurador da presidenta ou do presidente de plantão. O procurador da República é protagonista de uma vida e de uma situação no país que mudou e muito do ponto de vista das investigações e da busca de respostas a situações todas que historicamente

eram colocadas para debaixo do tapete.

Portanto, nesse almoço o garçom me disse: deputado, mas se precisar, estamos aqui e o zagueiro não está dormindo. Fazendo alusão àquela velha piada que se conta que o técnico diz a Garrincha: você dribla o primeiro, o segundo, o terceiro, cruza e entra de cabeça. E Garrincha diz: você já avisou ao zagueiro? O zagueiro não está dormindo. Acho que nesse momento não vamos precisar acionar o zagueiro. Não vamos precisar fazer o que foi feito ontem. E não adianta a oposição botar a carinha lá achando que vai tirar proveito, que vai surfar nessa onda. Nessa onda vai surfar quem trabalhar para dar as respostas que o povo brasileiro precisa.

E aqui não faço discurso da boca para fora, faço discurso de quem vê, enxerga e vive a história da política. Não vamos mais suportar viver com esse financiamento de campanha que está aí, não vamos mais suportar fazer campanha a cada dois anos como fizemos agora há pouco, e já estamos pensando em como faremos, deputado Fábio Souto, que foi deputado federal, hoje deputado estadual, conhece bem de perto as dificuldades de quem está no Executivo e no Legislativo, principalmente enfrentando campanha a cada dois anos. O deputado Sandro Régis faz o seu papel de oposição, colocou a cara lá no Bahia Notícia, dizendo que tínhamos corrido do debate. É o seu papel e tem de mim o respeito, a oposição tem que fazer esse papel.

Mas lhe digo, de coração, infelizmente não estava aqui ontem, queria fazer esse debate com V.Ex^a, porque V.Ex^a tem responsabilidade como eu tenho. E longe dos nossos discursos, temos a grande responsabilidade de olhar para a política e de olhar para os olhos dos nossos filhos e em nossas casas. Tolo é aquele que pensa que vai pedir o impeachment e que o Brasil vai melhorar com o impeachment da presidente Dilma. Isso é uma ilusão, aliás diria, isso é uma irresponsabilidade do ponto de vista da política. Qualquer um que olhar nos olhos dos seus filhos em sua casa e conhecer um pouco do traçado da política e conhecer um pouco do traçado do que acontece na macroeconomia mundial, onde o dólar está praticamente paritário ao euro, o petróleo, que já custou 110 dólares, hoje custa 45 dólares. As situações que eram enfrentadas desde 2009, que não foram debeladas, passam novamente, como fogo de monturo, a aquecer a Europa e, também, os Estados Unidos.

É de muita responsabilidade cada passo que dermos. Nenhum político que tenha consciência – longe do discurso – do que estamos a viver defenderá golpe, defenderá o impeachment e defenderá o fim desse equilíbrio constitucional que nós vivemos. Longe de ser uma crise profunda... Acho que a crise sempre dói, sempre é algo que nos traz marcas e sempre nos traz reflexões importantes.

Os orientais dizem que a crise traz luz, porque na crise você enxerga a realidade. Temos um câncer neste País. E no governo da presidente Dilma Roussef e do ex-presidente Lula, começamos a investigar esse câncer. Pegará em algum de nós? Pegará, sim, em algum de nós. Porque somos aglomerados de humanos. E humanos tendem a acertar ou errar. Quando se dá poder e dinheiro ao aglomerado de humanos, é muito difícil que todos eles entendam o que é dinheiro e poder; e o que é o bem-estar comum e coletivo.

Temos de enfrentar – digo como partidário do PT – com humildade este momento. Não podemos acertar em tudo. Talvez precisemos, e precisamos, ter uma interlocução mais clara e uma ampliação do diálogo mais fidedigno com a classe política, principalmente, com aquela que quer acertar.

Digo aqui à Oposição: em nenhum instante tivemos medo do debate ou qualquer rancor da Oposição porque faz suas manifestações. Vamos debelar o ódio da política. Vamos debelar o sentimento de pertencimento do Estado a um partido. Não é isso que o PT propôs. E não é isso que será proposto nas ruas para que dê certo. O que foi proposto nas ruas chega a ser o 14º sentimento de quem foi às ruas. Pesquisa da revista Exame feita no domingo de forma interativa mostra que a 14ª razão para as pessoas irem às ruas é o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Quando me disseram e mostraram uma foto da minha companheira Fabíola Mansur lá. Perguntaram: “E agora?” Eu disse: “está lá uma deputada insatisfeita, como tantos outros.

Não vou passar recibo aqui, achar que todos que foram às ruas queriam impeachment da presidente Dilma Rousseff. As pesquisas estão mostrando, e o sentimento das ruas no dia posterior também mostraram.

O que temos – todos nós da política – de fazer neste momento é refletir o que cada um de nós – no governo ou na Oposição – pode fazer para, de fato, darmos as respostas de que o povo baiano e brasileiro precisam.

Presidente Marcelo Nilo, digo-lhe, como Líder do governo, que o seu posicionamento nesta Casa hoje, oriundo de uma conversa e de uma decisão da Mesa, apontam para esse caminho. Nós, nesta Casa, diga-se de passagem, votamos por unanimidade o fim do 14º e do 15º. Na Bahia, deputado não recebe férias, não recebe 14º nem 15º.

A Bahia foi o primeiro Estado do Brasil a aprovar por unanimidade, nesta Casa, a Lei do Nepotismo. Nós, aqui da Bahia, também aprovamos por unanimidade – o autor do projeto foi o deputado Elmar Nascimento e o coautor foi o deputado Zé Neto, Líderes da Oposição e do governo, assinaram o projeto aqui – a Lei da Ficha Limpa –, um dos primeiros Estados do Brasil a fazê-lo.

E a Bahia, mais uma vez, nossa Assembleia Legislativa, num momento de tensão, aponta para o caminho de ouvir a sociedade e de entender as vozes das ruas. Buscar resolver situações de crise, apontando caminhos com que vamos dar, realmente, melhorias e saídas mais plenas e mais sintonizadas com os interesses das ruas e da população baiana.

Quero encerrar conclamando a Oposição para o bom debate – para o bom debate! Digam o que falta ser feito para que possamos investigar ainda mais. Digam o que pode ser feito para que possamos debelar o que está aí há mais de 50 anos, pois no dia 31 agora faz 51 anos. Digam o que pode ser feito, mas não digam apenas palavras soltas e frases feitas na panfletagem. Vamos fazer o debate político, vamos ouvir as ruas, vamos calçar a sandália da humildade e vamos responder ao povo brasileiro, independentemente de quem seja, que nós, o Legislativo baiano, estamos

ouvindo as vozes das ruas. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP-PSL-PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarão a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos e o deputado Robinho pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Quero saudar a Mesa na pessoa do Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, saudar a todos os deputados presentes, aos servidores, a todos que estão nas Galerias, na Casa do povo, com toda legitimidade, defendendo os seus interesses. Aproveito para saudar os estudantes do curso de Direito da Faculdade Unijorge, que nos visitam hoje, e a toda a imprensa.

Venho a esta tribuna, presidente, para tratar dos movimentos dos dias 13 e 15. No dia 13, estivemos lá pela marcha das mulheres. E, na imprensa, foi plenamente divulgado o meu posicionamento em relação ao impeachment, ao qual sou contrária, por não haver nenhum embasamento jurídico, técnico, para tal, na minha opinião. Também quero dizer que no dia 15, convocada pela minha categoria, estive num movimento, com concentração no Hospital Espanhol, Sr. Presidente, que tinha por bandeiras a defesa da ética na política, o fim da corrupção, o fim da impunidade e a defesa da saúde pública.

Quem de nós, aqui, não vestiria essa camisa pela ética na política? Entendo que, muitas vezes, nós, políticos, somos criticados, mas a transformação da sociedade, deputado Joseildo, é exatamente pela política e passa pelas Casas Legislativas, Entendo que precisamos estar em sintonia com o povo brasileiro, precisamos estar em função de oitivas, politizando a sociedade.

Alguns me dizem que sou indecisa. Não, pelo contrário, sou extremamente decidida e firme. Defendo a democracia, defendo a construção de pontes. Se pegarmos o movimento dos dias 13 e 15, tirarmos os extremos, porque, obviamente, não concordo com determinadas faixas proclamando intervenção militar, fim do STJ e outras loucuras, sou uma pessoa extremamente democrática, vim das ruas, vim defendendo direitos de populações, de minorias, e para isso cheguei a esta Casa. Mas sou também pela Constituição. Tudo que é legal, e não é o caso do impeachment, terá nesta deputada uma defensora.

Por isso, digo que quando construímos pontes, tendo o povo brasileiro sintonizado com o movimento iniciado em 2013, onde como vereadora estive nas ruas, e não sou frequentadora das ruas por qualquer mobilização social. Estou defendendo mulheres, e lá estive, no dia 13, defendendo a reforma política,

defendendo o enfrentamento da violência, defendendo mais espaços para as mulheres.

Quero, aqui nesta Casa, dizer que no dia 15 estive defendendo, a convite da minha categoria - sindicato dos médicos, associação brasileira e conselho federal - defendendo saúde pública, ética na política. Essa bandeira é uníssona. Vamos encontrar nossas convergências e assim tirar o Brasil do atraso político causado, talvez, pelo não debate de reformas.

Quero saudar o deputado Fabrício Falcão que, ontem, com os deputados Moema, Daniel e Alice, discutiram, numa comissão mista, a reforma política. Como ampliar a participação de mulheres se não temos paridade de gênero? Como discutir a participação de mulheres se não discutimos se faremos uma lista fechada com alternância de gênero? Como podemos discutir o fim da reeleição, o fim do financiamento empresarial, o barateamento das campanhas, sem fazer um debate com os movimentos sociais e com a população?

Com sua tolerância, Sr. Presidente, saúdo esta Casa. Estamos para aprovar o Título de Cidadão Baiano ao ministro Ayres Britto. Hoje tem uma matéria no Estadão que diz exatamente isso. O impeachment, para ele, tecnicamente está errado. Tudo o mais está certo, e cita Thomas Jefferson, dizendo, “a arte de ser político é a arte de ser honesto”. Fico muito feliz com a indicação de nossa autoria, não só pela sua participação como ministro do STF, mas também pelo grande julgamento de processos como pesquisa de células tronco, união homoafetiva. Ao ministro que tem raízes familiares na Bahia, poderá ser dado um título nesta Casa.

Reforma política é importante, fim da corrupção é importante, mas a coisa mais importante é o debate democrático que permite o contraditório. Neste sentido, esta deputada tem atitude de chegar nesta Casa e debater com quem quer que seja, seja o exercício ilegal da medicina, sejam atos de corrupção, seja a promoção da democracia neste País. Defendo apolítica, defendo esta Casa como forma de, através do debate, com a participação popular, verdadeiramente construirmos essas pontes democráticas, e não muros que nos separam não só de lados desta Casa, muros que nos afastam do verdadeiro cidadão.

Se debatermos isso, estaremos praticando cidadania, estaremos promovendo um Brasil mais igual, um Brasil mais justo e um Brasil que todos aqueles cidadãos e cidadãs que nos colocaram aqui desejam.

Esse é o nosso papel, e certamente esta Casa não se privará da responsabilidade, do compromisso que tem com as pessoas. Retomar essa discussão está em sintonia com os baianos. Assim, tenho certeza de que com todos os nossos contraditórios, as nossas diferentes posições, certamente, todos nós defendemos a Constituição deste País e defendemos a democracia.

Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Robinho, meu querido amigo, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde a todos e todas aqui presentes; boa-tarde aos colegas deputados e deputadas. Para mim é motivo de muita satisfação poder estar, neste momento, conversando com todos vocês. Boa-tarde a vocês que estão na manifestação, brigando por aquilo que acham mais interessante. (Palmas.)

Quero parabenizar, tendo em vista que, hoje, praticamente, é o primeiro pronunciamento que faço nesta Casa, o presidente Marcelo Nilo. No dia 02/02/2015, dia em que tomei posse juntamente com todos os deputados, ouvi alguém dizer – não meu lembro quem foi, mas se a pessoa que falou estiver presente, gostaria de saber, para que eu possa falar o nome – que Marcelo Nilo consegue ser fiel ao governo e ser respeitado pela Oposição. Não lembro qual dos colegas deputados falou isso, mas ele expressou...

O Sr. Alex Lima:- Foi o deputado Targino Machado!

O Sr. ROBINHO:- Quem?

O Sr. Vítor Bonfim:- Targino Machado.

O Sr. ROBINHO:- O deputado Targino Machado expressou muito bem.

Tenho pouco tempo, aqui, e quero agradecer a parceria com todos vocês e parabenizar o nosso presidente pela forma como conduz esta Casa.

Quando ouço a discussão das políticas, a discussão dos problemas que acontecem no País, fico muito entristecido, porque sou um apaixonado pela política. Na minha infância, quando comecei a aprender a ler, as primeiras coisas que eu lia eram matérias políticas. Aquilo foi uma coisa que surgiu dentro do meu interior.

Hoje, digo que, infelizmente, gosto de política. Gosto de fazer as coisas que fazem bem, as coisas que estão dentro do meu interior. Por isso, sonhei, tentei e a população da minha cidade me deu a oportunidade de ser prefeito. Fui prefeito de 2004 a 2012. O nosso grupo político apresentou um candidato, e ganhamos as eleições.

O meu líder e amigo, o deputado Ronaldo Carletto, juntamente com o nosso partido, o PP, que nesta Casa tem como representantes os deputados Antônio Henrique Júnior, Aderbal Fulco Caldas, Eduardo Salles e Luiz Augusto, nosso líder.... São cinco representantes do PP: eu, Antônio Henrique Júnior, Aderbal Fulco Caldas, Eduardo Salles e Luiz Augusto. Fazemos parte de um Bloco juntamente com o PSB, que tem como representantes a deputada Fabíola Mansur – tenho admiração pelos seus pronunciamentos eloquentes, e espero que a sua conduta seja da mesma forma – e o deputado Manasses, e com o PSL, cujo representante é o deputado Nelson Leal. Fazemos parte de um Bloco composto por oito deputados.

Quero dizer a todos vocês que, quando ligo o Jornal Nacional, tenho procurado nem ouvir as notícias, porque muito me entristece ver essas coisas acontecerem no País que eu amo, um País que tem um potencial enorme e que eu sonho em ver melhor. Contudo, não é por isso que eu deixarei de fazer aquilo que

sonho e que desejo.

Este é um momento muito triste para mim, porque, lá na cidade de Itanhém, uma cidade do Extremo Sul da Bahia, que faz divisa com Medeiros Neto e Minas Gerais, faleceu, hoje, a grande liderança política da história daquele município, o Sr. Gedeon Botelho Ferreira. Ele assumiu o comando político daquele município desde 1972 e, até hoje, nunca perdeu uma eleição. Diria que este é um caso inédito.

Indignado com a má administração do município, ele, em 1972, lançou um candidato. Revoltado com a administração do seu candidato, ele falou: “Vai ser o jeito eu ser candidato!” Foi candidato a prefeito e ganhou. Foi prefeito por três vezes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROBINHO:- O Sr. Gedeon Botelho Ferreira faleceu aos 84 anos, em Belo Horizonte. Ele nasceu em Joáima, Minas Gerais. Ele era uma pessoas séria e respeitada. Não é à toa que ele liderou politicamente aquele município de 1972 até 2015.

É com muita tristeza que passo esta notícia a todos os amigos e os colegas.

Quero que Deus dê, para seu Gedeon, um bom lugar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROBINHO:- Fiquem com Deus.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Robinho, infelizmente, estava falando ao celular com o consultor jurídico da Assembleia. Mas agradeço as palavras de V.Ex^a.

Srs. Deputados, peço licença a V.Ex^{as} para dar um comunicado. O deputado José de Arimatéia foi presidente da Comissão de Saúde e Saneamento durante o ano passado. E ele nos informa que a diretoria do Hospital Martagão Gesteira gostaria de agradecer a esta Casa pelos relevantes serviços prestados àquele hospital. Este é um hospital pelo qual a Mesa Diretora e os parlamentares têm um carinho enorme.

Quebrando o Regimento Interno desta Casa e fazendo, aqui, um diferencial, gostaria de informar que estão presentes, neste Plenário, o presidente e meu querido Durval Olivieri da Liga Álvaro Bahia; o Sr. Jorge Chediek, embaixador da ONU no Brasil; o superintendente Antônio Novaes; a presidente do conselho, Rosina Bahia e o conselheiro Eduardo Athayde. Eles vieram aqui, espontaneamente, a fim de entregar uma placa em homenagem à Assembleia Legislativa.

Portanto gostaria de pedir a compreensão dos Srs. Parlamentares, porque vamos suspender esta sessão ordinária por 5 ou 10 minutos a fim de que a Casa seja homenageada por este hospital que presta grandes serviços à Bahia. (Palmas.)

(Suspendem-se os trabalhos da sessão ordinária temporariamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de solicitar aos deputados,

componentes da Mesa Diretora, vir à Presidência dos Trabalhos, incluindo as presenças dos deputados Aderbal; Sandro Régis, Líder da Oposição e Zé Neto, Líder do Governo, porque, em realidade, esta homenagem é para a Assembleia Legislativa.

Com a palavra o embaixador da ONU no Brasil, Sr. Jorge Chediek.

O Sr. JORGE CHEDIEK:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, autoridades da Liga do Hospital Martagão Gesteira, estou, hoje, aqui em Salvador para participar das comemorações dos 50 anos do hospital reconhecido pelas Nações Unidas pela sua extraordinária contribuição para melhorar as condições das crianças da Bahia e do Nordeste em geral. Nossa participação é um reconhecimento a essa contribuição.

Queremos, também, participar e somar a nossa homenagem a esta Casa pelo apoio que vocês têm dado a esta iniciativa do setor privado e da sociedade civil do Estado. Queria agradecer em nome das Nações Unidas a contribuição que vocês estão dando, porque, nos últimos anos, o Brasil tem-se convertido em um exemplo, em nível mundial, em um país que, em menos de uma geração, mudou o histórico de exclusão e de discriminação para se tornar um dos países modelos em nível mundial.

Desde as Nações Unidas, queremos agradecer o trabalho do Hospital e da Liga; mas, também, agradecemos o trabalho da classe política brasileira, da sociedade civil brasileira para a construção desta sociedade e deste novo Brasil que é, realmente, um exemplo para o mundo.

Muito obrigado. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a Dr^a Rosina Bahia, presidente do Conselho.

A Sr^a ROSINA BAHIA:- Boa-tarde a todos.

Em nome do presidente desta Casa, Marcelo Nilo, gostaria de saudar todos os Srs. Deputados.

Nós, enquanto Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil, trabalhamos muito. O Hospital Martagão Gesteira está aqui representado pelos presidente Durval Olivieri, conselheiro Eduardo Athayde, superintendente Antônio Novaes e pelo deputado José de Arimatéia, coordenador da Comissão de Saúde.

Gostaríamos de prestar uma homenagem de gratidão a esta Casa Legislativa por todos os apoios que têm sido direcionados para a nossa instituição ao longo desses anos. Poderia enumerar vários. Mas, aqui, destacarei alguns. Como é do seu conhecimento, nós temos um serviço de captação de recursos para ajudar na manutenção do hospital que se chama “Adote um leito para uma criança carente”. E a Assembleia Legislativa contribui conosco na adoção de 3 leitos já há vários anos.

As primeiras emendas parlamentares foram recebidas há mais de 10 ou 12 anos e foram destinadas por 2 deputados estaduais. Nos momentos difíceis de crise, tivemos, sempre, as presenças dos deputados. E, recentemente, há 3 ou 4 anos, tivemos os deputados José de Arimatéia, Alan Sanches e vários outros conosco,

principalmente os integrantes da Comissão de Saúde. Sessões especiais, também, foram feitas em homenagem à nossa instituição.

Portanto, foram diversos os serviços prestados pela Assembleia Legislativa. E isso muito nos enobrece, porque é um reconhecimento do trabalho feito em prol das crianças carentes do nosso Estado.

Hoje, estamos todos bastantes sensibilizados e emocionados com a comemoração dos 50 anos de existência do hospital. Embora tivesse sido fundado em 1946, foram necessários 19 anos para ser construído. E eu, particularmente, tenho muito orgulho de estar vivendo este momento, porque sou neta do seu fundador e idealizador, Dr. Álvaro Pontes Bahia, que muito me orgulha.

Junto a esta equipe de direção, de conselheiros da Diretoria Executiva e da Presidência, temos feito um esforço imenso para levar adiante esta missão do seu iniciador, que é justamente prestar um serviço de qualidade à criança e às suas mães, minimizando o sofrimento desses seres tão pequenos, representantes de Deus entre nós, que são as crianças da nossa terra, principalmente as crianças carentes.

Portanto esperamos continuar, sempre, com o apoio dos nobres deputados, porque são dignos representantes nossos, trazendo as nossas vozes para esta Casa Legislativa.

Passamos às mãos do deputado Marcelo Nilo uma placa com a seguinte inscrição:

(Lê):- “50 anos do Hospital Martagão Gesteira

À Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, os agradecimentos da Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil/Hospital Martagão Gesteira pelos relevantes apoios que lhes têm sido prestados.

Salvador, 17 de Março de 2015

Hospital Martagão Gesteira – 50 anos

Liga Álvaro Bahia Contra a Mortalidade Infantil.”

(Procede-se à entrega da placa comemorativa ao presidente Marcelo Nilo em homenagem ao Poder Legislativo.)

(Palmas.)

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de agradecer à direção do Hospital Martagão Gesteira e à Liga Álvaro Bahia por esta homenagem ao Poder Legislativo baiano.

O deputado José de Arimatéia foi um grande presidente da Comissão de Saúde. Ele articulou e coordenou este momento para que pudéssemos, em nome desta Casa, receber esta homenagem do Hospital Martagão Gesteira.

Dr^a Rosina, tenho uma relação profunda com o Hospital Martagão Gesteira.

Na última sexta-feira, completaram-se 42 anos de minha chegada do interior do Estado a esta capital. Fui morar no Tororó, vizinho ao Hospital Martagão Gesteira. Eu tinha por volta de 16 ou 17 anos. E, muitas vezes, acompanhei o trabalho do hospital, àquela época, com 8 anos de fundação. Hoje, o hospital completa meio século de existência. Na realidade, o Hospital Martagão Gesteira é um patrimônio da Bahia. Nos momentos difíceis, o hospital, sempre, procurou ajudar aos mais necessitados.

Como representantes do povo, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, a Casa do Povo, nos momentos cruciais e dentro das nossas limitações, nós procuramos ajudar tanto o Hospital Martagão Gesteira quanto o Aristides Maltez. É um hospital que precisa ser mantido para que a Bahia continue avançando, principalmente, nesta área tão difícil que é a área de saúde.

Em nome da Mesa Diretora e em nome desta Assembleia Legislativa, gostaria muito de agradecer esta homenagem. Este é um momento ímpar. Ao menos, nos últimos anos, nunca foi suspensa uma sessão ordinária nesta Casa para receber uma homenagem de tão grande monta.

Muito obrigado em nome do Poder Legislativo. (Muitas palmas.)

(Os trabalhos da sessão ordinária foram reiniciados.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falarão, por 6 minutos, o deputado Adolfo Viana e, por 5 minutos, o deputado Fábio Souto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa, profissionais da optometria que nos prestigiam em nossas galerias, vejo uma faixa em que se diz que a profissão já foi regulamentada em 130 países. Quero, aqui, dizer aos profissionais que a luta de vocês, sem sombra de dúvidas, conta com a simpatia do deputado Adolfo Viana. (Palmas nas Galerias.) Irei defender esse posicionamento na Bancada da Oposição. (Palmas.)

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, depois do domingo, depois da grande manifestação popular que aconteceu em todo Brasil, hoje, o Líder do PT, o Líder do governo na Assembleia Legislativa sobe a esta tribuna para fazer a defesa do governo. No seu discurso, ele fala da reforma política. Quero dizer ao deputado Zé Neto que a questão da reforma política nós a defendemos e defendemos muito, porque achamos que para o País evoluir precisamos fazê-la.

Não queira o deputado Zé Neto dizer que essa é uma bandeira do Partido dos Trabalhadores. Acho que de uma forma consensual todos os políticos perceberam que é hora de fazermos a reforma política. O deputado Zé Neto fala também que é preciso entender as vozes que vêm da rua, mas, ao mesmo tempo, não se manifesta em absolutamente nada do que foi dito pela população brasileira. Pelo contrário, o

deputado Zé Neto vem com um discurso fácil ao dizer que a Oposição “quer surfar na onda”. Aqui ninguém quer surfar na onda. Eu, que estive no movimento de domingo, percebi que a população está revoltada com o governo que aí está. Esse governo, deputado Zé Neto, institucionalizou a corrupção na Petrobras. Essa é uma verdade, e essas são as vozes que vêm das ruas. Se vocês não tiveram a capacidade de interpretar as vozes que vêm da rua, ouçam o que diz o senador da República do Partido dos Trabalhadores, o senador Walter Pinheiro. Ouça o que diz a senadora Lídice da Mata.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a fala aqui por 25 minutos. Quero lembra-lhes que, antes, o Partido dos Trabalhadores dizia que a crise mundial era uma “marolinha”. Agora, eles querem dizer que a crise mundial afeta em cheio o Brasil. Antes, eles diziam que o Partido dos Trabalhadores era o partido que era diferente dos demais partidos, eles eram os diferentes. Agora, fazem questão de dizer que todos os partidos são iguais.

É lamentável que a presidente da República não tenha tido a coragem de se manifestar depois que a população fez uma das maiores manifestações populares que o Brasil já viu. É lamentável que ela tenha encaminhado dois ministros, fugindo, omitindo-se de sua responsabilidade. Essa é a grande verdade, Srs. Parlamentares. Não teve a postura que esperávamos a presidente da República depois de uma manifestação popular como foi a de domingo. Não teve.

Quero lembrar, deputado Zé Neto, que haviam, sim, gritos pedindo o impeachment da presidente a República. Mas existiam também outros gritos. E os que eu mais ouvia eram os daqueles que haviam, sim, votado no Partido dos Trabalhadores para presidente da República. Mas sabe o que é que eles diziam? Que foram enganados! A presidente, antes das eleições, ganhava voto e afirmava, em rede nacional, que o preço da energia estava controlado, que estávamos evoluindo nesse sentido e que a energia iria baratear 18%. A presidente afirmava também que o preço do combustível estava controlado, que os impostos iriam ser reduzidos. E a presidente da República se elegeu enganando o povo brasileiro. Essa é a verdade.

Não havia, nas manifestações de domingo, apenas eleitores de Aécio Neves, não. Vocês podem ter certeza que havia muitos ex-eleitores do PT, ex-eleitores da presidente Dilma, porque aqueles que deram o voto, deputado Alex Lima, à presidente da República estavam achando que a nossa economia estava controlada, que os impostos não iriam subir, que o combustível não iria subir, que a energia estava controlada.

Quem do Partido dos Trabalhadores já assumiu que essa posição da presidente Dilma foi equivocada? Não vi ninguém assumir essa responsabilidade ainda, muito menos a própria presidente. O PT não tem a humildade de reconhecer que enganou a população. Não tem a humildade de reconhecer que perdeu totalmente o controle do direcionamento que o nosso País precisa para se desenvolver. Não tem a humildade de reconhecer que no governo petista a corrupção na Petrobras foi institucionalizada.

Então, deputado Zé Neto, quero dizer a V.Ex^a, como o Líder do Partido dos

Trabalhadores, que leve este recado até a presidência da República.

O Sr. Paulo Rangel:- O Líder é o deputado Rosemberg.

O Sr. ADOLFO VIANA:- É verdade, deputado Paulo Rangel. O Líder é o deputado Rosemberg, que também ontem tentou fazer a defesa do Partido dos Trabalhadores. Mas para que V.Ex^as possam...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, V.Ex^a vai invadir o tempo do seu colega.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) fazer, para que alguém do PT possa fazer tal defesa daqui desta tribuna primeiro precisa ter a grandeza e a humildade de reconhecer os erros que levaram o Brasil a este caos em que se encontra hoje.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Caro Líder Sandro Régis, quem é o próximo?

O Sr. Sandro Régis:- O deputado Fábio Souto falará por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Srs. Deputados, Sras Deputadas, imprensa, presidente Adolfo, presidente corajoso que fala o que pensa, é importante hoje os políticos expressarem o que são e o que sentem.

Quero iniciar falando que o Brasil vive atualmente uma combinação, eu diria, explosiva. Uma crise política junto comum a crise econômica sem precedentes. Esta crise econômica traz hoje um País com as maiores taxas de juros do mundo, uma inflação beirando 8% e os serviços públicos aumentando a cada dia. Falo da energia, da água, dos combustíveis.

Quanto ao desemprego, na verdade, há muito tempo convivíamos com taxas pequenas, mas que agora sobem a cada mês. Já estamos sentindo isso na Bahia. Quem viaja pelo interior, deputado Adolfo, observa lojas fechando, o comércio fechando, indústrias reduzindo seu quadro de pessoal. Aqui no Estado observamos também as empresas da construção civil demitindo. Enfim, vemos a Bahia e o Brasil vivendo num processo de desindustrialização, demitindo funcionários. E neste Plenário ainda ouvimos nesta terça-feira notícias ruins sobre a FIOL, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, que demitiu hoje 700 pessoas e está com uma previsão de demitir até 6 mil funcionários, como já vimos no mês passado, quando o Estaleiro de Maragogipe demitiu quase 6 mil.

A Bahia vive junto com o Brasil este quadro econômico de extrema dificuldade. O problema econômico com o problema político.

Nesta semana, nós observamos declarações infelizes de membros do governo

federal. Primeiro, o ministro Rossetto colocando que as manifestações que aconteceram no último domingo eram exclusivamente da classe média e de setores ligados ao PSDB. Não podemos aceitar declarações como essa. Mesmo se fossem dessas pessoas, as manifestações teriam de ser respeitadas por todos nós.

Ontem vimos o Líder do PT na Câmara, o deputado Sibá Machado – isto para não falarmos que foi uma coisa triste ou até engraçada -, dizendo que as manifestações, deputado Herzem Gusmão, foram fomentadas pela CIA, quer dizer, o serviço de inteligência norte-americano. Uma declaração extremamente infeliz, querendo distrair a população. Acredito que o intuito dele seja este, o de fazer com que o povo se distraia com uma frase tão hilária como aquela. E aí vira as costas!

Falta humildade a Líderes como Sibá Machado e ao ministro Rossetto, que não querem enxergar que a população quer uma resposta clara, uma resposta concreta para este momento de corrupção que vive o País.

A presidenta Dilma falou que a corrupção é uma senhora idosa na nossa Nação. Claro que a corrupção não nasceu hoje! Ela já existe há muito tempo no Brasil. Mas o que a população exige da presidenta da República são medidas, ações concretas para combatê-la.

Agradeço, Sr. Presidente. Vou respeitar o tempo finalizando o meu pronunciamento neste momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Pelo tempo de 5,5 minutos, o deputado Alex Lima. E pelos 5,5 restantes, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de 5,5 minutos.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, funcionários da Casa, telespectadores da TV Assembleia, boa-tarde a todos.

Sr. Presidente, acompanhei com muita atenção as manifestações do último domingo. Confesso que estava de certo modo ansioso para ver, no exato dia em que completariamos 30 anos da redemocratização do Brasil, esse encontro do povo com as ruas.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX LIMA:- Está inscrito, deputado.

Sr. Presidente, quero primeiramente dizer que fiquei muito feliz ao ver o tanto que a nossa democracia amadureceu, o tanto que avançamos. E pensar que há pouco tempo - não é da minha geração, mas da de muitos que estão aqui - lutávamos para ter o direito de votar, de participar das discussões neste País. Como fiquei feliz ao

olhar para trás e ver o tanto que caminhamos!

É evidente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, que existem problemas na nossa democracia. Também é evidente que há correções que precisam ser feitas de forma urgente. Isso é inegável! Os manifestos de 2013 já nos diziam isso. Mas, essa é uma responsabilidade, senhoras e senhores deputados, que não é de um partido, essa é uma responsabilidade que é de toda a classe política.

Não podemos, nesse momento, sob pena de pagarmos um preço altíssimo, ferindo de morte a nossa democracia, minimizar esse debate e minimizar esses anseios que as ruas levaram no último domingo, e tratar isso da forma que alguns têm tratado.

Quando a presidente da República vai à TV dizer que a corrupção é uma “senhora”, ela faz muito bem. O que quero lembrar aos meus colegas, deputados de Oposição, mas lembrar ao presidente Aécio Neves, presidente do PSDB, só para citar alguns poucos casos, mas quero falar aqui em compra de votos para emenda da reeleição, Banestado e tantos outros escândalos que aconteceram durante o governo Fernando Henrique.

Na crise de 1998, meu querido amigo deputado Sandro Régis...

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- (...) tivemos eleição, e o presidente Fernando Henrique foi para a televisão dizer também que o Brasil estava às mil maravilhas. E tivemos, em 1999, e nos anos seguintes, a mais dura crise econômica dos últimos cinquenta anos. E eu não me recordo de ouvir os partidos de Oposição falarem em estelionato eleitoral.

Ora, senhoras e senhores deputados, o assunto é sério e deve ser tratado de igual forma. O que eu acho que é unanimidade em todos os partidos é que esse sistema atual faliu.

É essa discussão, deputado Pablo, que precisa ser feita, é esse o embate que precisamos travar. Nós não aguentamos mais disputar eleição nos modelos que nós disputamos. Precisamos modernizar e avançar com uma reforma de verdade. Precisamos parar de tratar esse assunto da corrupção no país tratando somente das consequências, deputada Maria del Carmen..

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- Nós não podemos ficar tratando de consequência e esperando um novo escândalo. Tivemos diversos nessa história do país, e sempre sob a mesma motivação. O sistema eleitoral atual faliu, e nós precisamos dar uma resposta à sociedade. Agora, não é mentindo, não é enganando, não é fazendo jogo de cena que nós vamos conseguir avançar e construir um país melhor.

O país está em dificuldade, sim, isso é uma realidade. A nossa economia está paralisada, enfrentamos diversos problemas, e a nossa classe política precisa dar sua contribuição para minimizar os efeitos dessa crise, que não é brasileira, deputado Paulo Rangel, é uma crise mundial, é uma crise que praticamente quebrou a Espanha,

é uma crise que devastou a Grécia, é uma crise que não tem origem e nem terá final no nosso país.

Se a presidente precisou fazer ajustes no começo de um novo governo, isso deve ser encarado numa democracia como uma atitude louvável.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Nobre deputado Alex, para concluir.

O Sr. ALEX LIMA:- Para concluir, Sr. Presidente.

Então, as mudanças e as alterações que a presidente da República propôs e que vem implementando são as verdadeiras transformações que irão colocar o Brasil no rumo certo, no rumo do desenvolvimento.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, nobres deputados, nobres deputadas, companheiros e companheiras servidores, senhores que hoje nos visitam e que estão nas galerias exercendo seu direito legítimo de pressionar esta Casa. (Palmas.)

Eu quero aqui colocar e registrar o acontecimento, hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos e, mais uma vez, elogiar a performance, a participação de todos os deputados, independentes da Oposição ou da Situação, quando ali tivemos a participação de trabalhadores, servidores, desde a guarda municipal, ali sua representação, até o sindicato da Polícia Federal. Trabalhadores representados: a Polícia Civil, a Polícia Militar, numa audiência memorável, eu diria, extraordinária.

Poucas vezes tive oportunidade, nesta Casa, de participar de um evento como aquele, onde essas representações das polícias com a clareza extrema do seu papel, ali colocavam que o papel da Polícia não é defender o Estado, mas sim os direitos garantidores. Essas instituições são garantidoras de direitos. E numa discussão profunda, refletiam sobre o sistema de segurança pública e a necessidade de transformar, de elaborar. E com inteligência representantes da classe trabalhadora colocavam claramente o que é necessário, o que é preciso para combater a violência nesse país, construir outro sistema de segurança pública.

Então, acho que é preciso reforçarmos o trabalho das comissões, é preciso que não só se aumente mais um dia, mas que se organize os horários para que os deputados possam participar e não fiquem como beija-flor, passando de comissão em comissão, perdendo essa oportunidade que é um privilégio desta Casa, de aprofundar as questões, debater, formular e ajudar a sociedade.

Hoje, pela manhã, eu me senti bem em fazer parte deste Parlamento, com representações desses trabalhadores, que ficam na ponta, e que a elite sempre utilizou esses trabalhadores para defender o Estado e seu patrimônio. A formação e a

capacitação dadas não lhes permitiram ter a função das polícias no estado de direito democrático. Então, nós que estamos nascendo, vivendo a democracia de apenas de 30 anos, não podemos perder essa oportunidade.

Quero dizer que para mim foi uma satisfação, uma alegria. Quero agradecer aos deputados que participaram dessa comissão e dizer que temos de respeitar essa democracia. Vimos nas ruas, faixas defendendo o fim do Supremo Tribunal. Vimos ali os pobres colonizados, não pobres de dinheiro, reivindicando que os americanos fizessem uma intervenção nesse país.

E vimos ali, claramente, faixas pedindo a volta, a intervenção desse maldito regime que prevaleceu aqui, que foi a ditadura militar que torturou, que assassinou a oposição e que foi o período de maior corrupção nesse país, quando não se investigava nada e que a sociedade era amordaçada e torturada...

Então naquela manifestação estavam os querem tomar o poder de governo, o poder de Estado. Não podemos nos iludir. Tenho aqui um material para levantar na história, mas o tempo é curto para mostrar os períodos da história, deste país, e quem são os corruptos de fato e como a elite se serviu para enriquecer, durante todos esse período de quinhentos e poucos anos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, falará o deputado Sandro Régis, por 5 minutos, e eu, por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das Galerias, profissionais sérios da Optometria ... (Palmas.) ... escutei aqui atentamente o discurso do nobre parlamentar, deputado Alex. O deputado Alex que chega a esta Casa com muita capacidade, muito brilho, mas fez um discurso, aqui, que não consegui interpretar. O deputado Alex é cria e filho do PTN, partido que até outubro fez campanha ao lado de Paulo Souto e Aécio Neves, partido amigo e aliado de primeiro momento. Fiz diversas caminhadas no segundo turno ao lado dos deputados do PTN, pedindo votos para o presidente Aécio Neves.

O Sr. Alex da Piatã:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) Naquele momento, o PTN comungava do discurso da oposição sobre o governo Dilma Rousseff. Hoje, o deputado Alex sobe a esta tribuna para dizer que FHC deixou uma herança maldita. Imaginem os senhores que tivemos oito anos do governo Lula, mais quatro, quase cinco anos do governo Dilma, e a moeda brasileira que sustentou a economia deste país foi o real, a grande herança de Fernando Henrique Cardoso.

E o deputado Alex sobe a esta tribuna e diz que a crise da Petrobras não é brasileira, que é internacional. Concordo com o deputado Alex, porque não há manchete que envergonhe mais o país que essa crise da Petrobras. Diz que é um problema do mundo. É um problema do mundo. Agora temos a questão do desemprego, da economia brasileira, da FIOL fechando hoje, demitindo quase 6 mil funcionários, o Estaleiro Enseada do Paraguaçu com quase 10 mil demissões e é fantasia da oposição.

Vocês, meus amigos, quererem usar desta tribuna para desqualificar mais de 2 milhões de brasileiros nas ruas para usar o discurso de impeachment, de golpe e de ditadura militar é realmente não ter o mínimo da capacidade de compreender a mensagem do povo do nosso País. O povo do nosso País não foi para as ruas nem aqui nenhum deputado usou esta tribuna para falar de impeachment. O que estamos tentando fazer é a leitura da sociedade. O que estamos querendo fazer é trazer para esta Casa o debate da feira, do supermercado, do restaurante, da escola. O que nós queremos fazer aqui não é crucificar ninguém, até porque isso quem irá fazer é a Justiça. Não é o papel desta Casa julgar ninguém. O que esta Casa está querendo fazer é debater os movimentos de rua. Eu fui, sim, mas não fui como Líder da Oposição, como a deputada Fabíola também não foi como deputada do governo. Nós fomos como cidadãos, porque era a obrigação de qualquer cidadão desta Casa estar nas ruas sem ter bandeira ou cor partidária. É isso. Os deputados que usam a tribuna para dizer que os movimentos das ruas, que os quase 2 milhões de brasileiros é golpe, é impeachment, infelizmente, não têm a capacidade e fazer a leitura e de enxergar a mensagem do povo brasileiro.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 6 minutos, com a palavra o deputado Pablo.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, imprensa, Galerias, colegas, aproveito a segunda oportunidade que tenho hoje de falar para fazer um exercício de humildade, até porque tenho certeza que esta Casa – Assembleia Legislativa da Bahia – que representa os baianos, é muito maior do que a minha pessoa, do que o meu mandato. Então quero deixar registrado aqui que irei pedir, Sr. Presidente, para retirar dos anais da Casa um termo, uma palavra, que usei ontem. Queria fazer esse exercício de humildade, não o exercício de humildade que a “presidenta Lula” fez ontem, aliás, que não fez, que simulou que fez.

(Alguns deputados falam concomitantemente com o orador.)

O Sr. PABLO BARROZO:- A presidenta Dilma, porque Dilma e Lula para mim não há diferença nenhuma. É a mesma coisa, o mesmo projeto. É o projeto que está afundando o país com o mar de corrupção.

Quando ouço o discurso do PT parece que é discurso de barata tonta, não tem

sentido nenhum. A crise que vivemos é a crise da falta de respeito, da falta de caráter, da falta de retidão. Alguns se comportam aqui como se as pessoas fossem ignorantes. Não podemos querer crescer, debater, baseados na ignorância dos outros. Isso é uma falta de respeito. Vocês pregaram os pobres contra os ricos. Vocês pregam que as manifestações não foram legítimas. Ninguém aqui fala em golpe. As pessoas vão para as ruas para protestar. E vejam bem, eu faço uma pergunta: foram vocês que derrubaram a ditadura? Fomos nós brasileiros que derrubamos a ditadura. Fernando Henrique Cardoso foi exilado, José Serra foi exilado, e acabou-se a ditadura. Depois houve as manifestações contra Collor e derrubaram Collor com um impeachment que para vocês era legítimo, não era golpe. Hoje, vocês falam em golpe. A população que tem que decidir isso, não vão ser vocês que vão decidir isso. E eu tenho certeza de que não serão vocês por um simples motivo...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Está inscrito, deputado.

(...) vocês estão destoando da voz do povo. O povo quer mudança. E aí eu não vou me incluir. Ouvi o Líder da Maioria dizer: “Olha, alguns têm mais culpa, outros têm menos culpa”. Então, que a presidenta Dilma que é a que tem mais culpa passe a ser a primeira a assumir: Eu tenho culpa. Eu errei. Eu cheguei em outubro e menti e fui deslavadamente pela televisão e pelos acontecimentos e fatos desmentida. Eu me respeito. Eu errei. Eu menti. Então que ela assuma isso.

Se vamos ficar aqui na Casa debatendo essas coisas que, de certa forma, soam ridículas, acho uma pobreza e também acho que empobrecemos, realmente, o debate. Agora venham com argumentos fortes, vamos tratar, mostrem o que está sendo feito, mostrem que a presidenta está aí. Mas não venham me dizer que a Polícia Federal e a Justiça do Brasil é a presidenta Dilma. O que eu vejo é o ministro José Eduardo Cardoso tentando atrapalhar as investigações, chamando na surdina advogado de empreiteiro. O que vejo é isso. Nada mais do que isso. O que vejo é a tentativa de colocar o Sr. Dias Toffoli, presidente do PT, para julgar os mesmos que ele defendeu. Que Justiça é essa? Que debate é esse? Por que vocês estão tão certinhos? Vamos debater com clareza.

Queria conceder o aparte ao nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Nobre deputado Pablo Barrozo, temos que ter a consciência para entender o momento pelo qual passa o Partido dos Trabalhadores. Se V.Ex^a observar, o Partido dos Trabalhadores perdeu o controle das ruas. No passado, só quem mobilizava a população para se manifestar nas ruas, no passado recente da história política deste país, era o PT. Hoje, a população se manifesta de forma voluntária, não precisa mais do Partido dos Trabalhadores para se manifestar. Isso quer dizer que o PT vem perdendo liderança. E essa situação incomoda os nobres deputados que fazem parte do Partido dos Trabalhadores e alguns aliados seus.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Parabéns, pelo aparte, deputado Hildécio Meireles, deputado novo na Casa, mas que tem contribuído muito com sua

experiência.

Presidente, queria finalizar minhas palavras dizendo que gostaria muito que evoluíssemos para o debate. Agora, a cada momento que ouvimos argumentos que ferem a mínima inteligência das pessoas, não podemos ficar calados aceitando. Temos que representar a voz do povo, e a voz do povo foi domingo às ruas. Não foi sexta-feira, não, pagando 35 reais em dois movimentos que estão praticamente desqualificados, porque estão perdendo sua essência. E, sim, com a vontade popular das pessoas que vão às ruas para dizer não à corrupção.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, V.Ex^a está pulando o nosso tempo. Ainda tem PTN, PRP e PROS. Vai falar por 6 minutos o deputado Fabrício Falcão e por 5 minutos a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO:- Boa-tarde, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, presentes, profissionais optometristas aqui presentes, (Palmas.) minha saudação a vocês, é uma luta justa a reivindicação da condição de trabalho de vocês, defendendo toda e qualquer categoria de trabalhadores que lute pelos seus direitos em qualquer espaço deste País. Acreditem que aqueles que trabalham de forma correta (palmas.) têm o nosso apoio. Inclusive, minha fala principal aqui, hoje, no pouco tempo que tenho, é para falar sobre a questão dos agentes comunitários de saúde, dos agentes de endemias. Em 2014, a Lei nº 12.994, uma lei federal, estabelece o Piso Salarial Nacional dos agentes de endemias, dos agentes comunitários de saúde, garante um valor mínimo de remuneração salarial para essas duas faixas de trabalhadores que são tão úteis à saúde pública em nosso país. Aqueles que vão às casas de cada família, de cada trabalhador, garantir prevenção e saúde. Nesse aspecto, merecem um mínimo de respeito e seriedade dos gestores municipais, que é quem deve pagar os seus salários. O prefeito do município é gestor municipal, no caso gerente público do município, e é patrão em exercício do servidor público. Nesse aspecto, ele tem que pagar o salário do seu servidor e tem que cumprir a lei porque a lei é federal de 2014, nº 12.994 que estabelece um salário mínimo a esses profissionais em qualquer município do Brasil. O que vem acontecendo é que em muitos municípios, prefeitos infames não têm pago o salário de representação a esses trabalhadores. O salário é curto, e sobre esse aspecto de o salário ser curto, os prefeitos não pagam o salário mínimo estabelecido por lei.

Primeiro, isso é crime de responsabilidade porque uma lei federal garante um salário mínimo a esse servidor e os gestores municipais não pagam esse salário a ele. É o caso especificamente, falo aqui hoje, por exemplo, do município de Morro do

Chapéu, um município importante da Chapada Diamantina em que o prefeito daquele município não paga o salário e ainda reduziu em 25% os salários dos agentes comunitários de saúde, o salário dos agentes de endemias. E além de não pagar o salário mínimo, tem também garantido que não pague e diminuído salário dos servidores.

Foi aprovada a lei municipal que referenda a lei 12.994. Essa lei sofreu emendas na Câmara Municipal, garantindo o respeito aos trabalhadores e o prefeito simplesmente, de forma absurda, desrespeitosa, para com uma categoria tão importante para o município, ele simplesmente vetou esses artigos na lei, disse que não vai cumprir e não vai pagar.

Quero fazer aqui de público, nesta tribuna, o meu repúdio ao prefeito municipal de Morro de Chapéu por não cumprir a lei e não valorizar essa importante categoria profissional dos trabalhadores do serviço público municipal. Os agentes de endemias, os agentes comunitários merecem respeito, dignidade e merecem ser tratados como servidores que têm uma excelência de serviço e cada um dos 417 municípios que compõem a Bahia, temos quase 6 mil municípios nesse imenso Brasil, onde eles chegam para garantir o mínimo de saúde pública a essas populações.

Para não dizer que não falei das flores, que dizer que não tenho nada contra as manifestações de domingo nem contra nem a favor do governo, não tenho nada contra as manifestações de sexta-feira. Aqui a deputada Fabíola Mansur fez um bom discurso. Dizer que sou a favor de manifestações públicas sejam contra ou a favor do governo. Hoje, sou governo, defendo com orgulho a minha presidenta Dilma, defendo o meu governador Rui Costa, defendi Jaques Wagner, mas não defendo chamada pública de intervenção militar, não defendo pedido de fechamento do Congresso, não defendo pedido de fechamento do Supremo, defendo as manifestações públicas a favor do governo ou contra o governo. Meu amigo, Sandro Régis, acho importante e salutar na democracia as vozes nas ruas tanto contra ou a favor do governo. O que não defendo é solicitar regime de exceção, é solicitar a volta da ditadura, dos fuzis e das baionetas para as ruas do meu país.

E por fim, mais uma vez, saudar vocês e dizer que podem contar com meu apoio para qualquer coisa que seja para defendê-los como profissionais, que merecem o respeito da sociedade e desta Casa. Um forte abraço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA del CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Srs. das Galerias do movimento da Octometria.

Que bom! As Galerias Paulo Jackson estão repletas, com a população participando e debatendo aqui conosco, acompanhando as atividades desta Casa!

Venho à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ler um manifesto. Claro que somos contra qualquer tipo de corrupção. Achamos que os que são culpados têm de ser punidos exemplarmente. Mas não podemos continuar em determinadas áreas na situação que vivemos.

Somos pela defesa da Engenharia Nacional, pela minha profissão e função. Ao longo da minha vida, sempre trabalhei nessa área. Então quero ler o manifesto da Fisenge, Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros do Brasil inteiro, que sai em defesa do País, da Petrobras e da Engenharia Nacional.

(Lê) “Representamos mais de 500 mil trabalhadores que estão com seu emprego em risco como consequência da crise na Petrobrás. Já ocorrem milhares de demissões de empregados de empreiteiras que tem contratos de construção ou de prestação de serviços com a Empresa, inclusive no setor naval, como consequência de cancelamentos ou suspensão de contratos em função de suspeitas na Operação Lava Jato. É um risco para os trabalhadores, e também para o Brasil, neste caso pela perda de tecnologia e de capacidade empresarial que isso representa.

Apoiamos as investigações e os processos contra empresários que comprovadamente participaram de ações criminosas apuradas na operação Lava Jato. Contudo, entendemos que não se pode pré-julgar e confundir empresas com seus donos. A empresa é um instrumento de organização do processo produtivo; é um meio de organizar o trabalho para produzir bens e serviços, não um fim em si. É um instrumento como uma08 faca: pode servir para descascar uma fruta ou para matar. Quando se mata, criminoso não é a faca, mas quem a manipula.

Para salvar as empresas e a dignidade de centenas de milhares de empregados em torno da Petrobras, independentemente de eventuais criminalizações de seus donos, é fundamental encontrar um caminho legal para assegurar a continuidade de seu funcionamento. Nossa sugestão é que se sigam os seguintes passos, todos dentro da lei:

1. Na eventualidade de iminência ou efetiva suspensão de contratos e pagamentos por efeito da Lava Jato que ponham em risco o funcionamento normal da empresa, inclusive quanto a crédito bancário, deve ser buscado um entendimento com o acionista majoritário no sentido de colocar a empresa em regime de recuperação judicial, com a nomeação de um síndico indicado pelo juiz do processo e com apoio explícito de uma representação dos trabalhadores e da sociedade civil (OAB);

2. O síndico nomeará uma Diretoria independente dos controladores, com mandatos, ambos, de cinco anos, durante os quais deverão ser pagas as multas e indenizações eventualmente impostas em ação civil ou processo administrativo num montante que não inviabilize o funcionamento normal da empresa;

3. Tão logo tome posse a Diretoria, ...” - indicada pelo síndico, por sua vez indicado pelo juiz do processo - (...) “serão retomados pela Petrobrás e o setor público em geral todos os pagamentos devidos à empresa a fim de restaurar o quanto antes a cadeia de recebimentos e pagamentos empresariais, evitando um processo de

inadimplências e quebras em cascata; também será retirada a declaração de inidoneidade da empresa para efeito de participação em licitações e concorrências no setor público, o que contribuirá para a restauração de seu crédito bancário;

Entendemos, ...” - dizem os engenheiros do Brasil inteiro - (...) “que essa fórmula evitará uma crise social de proporções gigantescas, com reflexos dramáticos no comportamento do PIB em 2015. A proposta transcende os nossos interesses corporativos, que são legítimos, pois defendemos o nosso trabalho e o trabalho de nossos companheiros, e a vida de nossas famílias. Entretanto, apoiaremos qualquer fórmula alternativa que preserve as empresas e nossos empregos, inclusive alguma solução pelo Congresso Nacional, em caráter de urgência, que tenha os mesmos efeitos.”

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Este é manifesto da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros do Brasil inteiro.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou do PSD para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o deputado Joseildo Ramos falará por 10 minutos. E o deputado Alex Lima, pelos 2 restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, gostaria de saudar a presença que muito nos honra do pessoal da Optometria, abrindo uma coisa que é importante. Inclusive, numa fala que aconteceu no início da semana nesta Casa, ficou claro que precisamos abrir o debate e aprofundar essa questão para que possamos sobre ela fazer o melhor, que é a obrigação desta Assembleia. Portanto, sejam todos bem-vindos. (Palmas!)

Acho que chegou o momento... E já não era sem tempo. Com a clareza necessária, o equilíbrio necessário, até algumas falas da Oposição apareceram em vários momentos nesta tribuna com lucidez. Acredito que a convergência das preocupações, independentemente das posições livres e soberanas que tenhamos, nos auxilie a mergulhar neste momento rico e de tensão por que passa o País, porque a política subsiste, mas não tão somente em questões objetivamente mornas. É no ambiente tensionado que nós alcançamos as mais felizes soluções.

É preciso que coloquemos de lado a hipocrisia ao discutirmos um tema tão caro para o Parlamento brasileiro, que está nitidamente com a sub-representação da sociedade brasileira próxima de nós, riscando as nossas sombras. Por isso, falo de hipocrisia. Nós, há muito tempo, sabíamos que a política infelizmente tem toda a sua motivação privatizada pelo atual sistema privado de financiamento das eleições.

Todos aqueles que financiam, do vereador ao presidente, no atual sistema

eleitoral têm interesses diretos ou indiretos, alguns até legítimos do ponto de vista das grandes corporações de qualquer democracia. Mas outros, com aquela relação incestuosa, e é aí que falo de hipocrisia. Quantas vezes nós deputados somos abordados pelos eleitores que vêm pedindo emprego, pedindo uma formalidade para além de uma seleção, para além de um concurso? E pergunto: foi para isso que o vereador, o deputado e o senador foram eleitos? Ou que ato é esse entre o eleitor e aquele que é detentor do mandato?

Por isso falamos de hipocrisia. Sabe por quê? Nunca, em nenhum momento, as instituições que são pilares da democracia neste país funcionaram, e existe a perspectiva, apenas e tão somente a perspectiva do corruptor e do corrupto serem presos aqui neste país. Antigamente, antes de Lula, quando quebraram por 3 vezes este país, o procurador-geral da República engavetava as maiores causas de interesse da população brasileira. E o pessoal está esquecido, a memória está curta. Geraldo Brindeiro, pernambucano, era o engavetador da República.

A resposta se dá porque foi só nesse momento que a Bahia, que passou 60 anos, 60 anos com uma única universidade federal, hoje, depois de Lula e Dilma, tem 6 universidades. São mais de 500 unidades do Instituto Federal de Tecnologia em todo o país, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, melhorando o ensino profissional em todo este país. Isso é motivo de orgulho.

É preciso dizer algo com muita tranquilidade. Alguns políticos de plantão, inclusive o Sr. Aécio Neves, que foi derrotado nas últimas eleições, tentou surfar nas ondas legítimas da manifestação popular do último domingo, manifestação que tem de ser respeitada, mas foi rechaçada pela população nas mídias sociais. E todo mundo viu isso. Sabe por quê? Essa turma nunca gostou do povo, nunca esteve ao lado do povo, não conhece sindicato e só lembra do povo na hora em que ele se manifesta de forma livre.

Em quase nenhum lugar os políticos tiveram chance de estar nas movimentações, a exceção da Bahia, a exceção da Bahia! Em vários lugares os políticos foram rechaçados.

Então, todos nós corremos risco, e devemos fazer a reforma política, mas não essa proposta que está lá vicejando na manutenção do status quo de alguns que querem efetivamente a fulanização da política, o enfraquecimento dos partidos e o financiamento puro e exclusivo da banca privada.

Vamos todos ter um pouco de calma, pois isso não terminou e não sabemos onde vai dar. Vem aí, a pouco tempo, a tão famosa lista do HSBC, onde mais de 8 mil brasileiros têm contas de recursos evadidos do Brasil, escondidos nos paraísos fiscais. E nós vamos conhecer quem são esses titulares dessas contas. Aí, sim, vamos saber por que num momento da história recente em todos os estados da Federação a corrupção vicejava, a exemplo do escândalo do metrô de São paulo. Quem é que administra São Paulo? Onde a TV, o jornal e a imprensa vendida estão colocando o escândalo do metrô? Onde?

É um processo seletivo de ódio, de quem mudou, de quem inverteu a lógica

da manutenção do investimento na direção das camadas mais empobrecidas da população brasileira. Esta é a grande questão.

Vamos fazer a reforma política, sim. Mas ela sozinha não nos vai redimir dos piores problemas pelos quais estamos passando, isso é verdadeiro. Precisamos trabalhar incessantemente as questões que demonstram que o pacto federativo está ferido de morte. É preciso que saibamos fazer e qualifiquemos esse debate, porque já não era sem tempo. O povo brasileiro foi às ruas para dizer um basta a esse descabro.

Agora, é preciso separarmos o joio do trigo. Ninguém foi condenado ainda. As pessoas estão sendo interrogadas. É muito triste – chega a ser algo no limite da irresponsabilidade – um parlamentar chegar aqui e acusar de ladrão aquele que ainda não teve o direito de se defender. Não podemos entrar nesse discurso fácil, porque não é isso que o Brasil almeja de todos nós.

Sejamos responsáveis e, a partir do nosso posicionamento, coloquemos o nosso mandato à disposição do povo, que merece um por vir melhor, um dia mais soberano em que suas vontades sejam, efetivamente, respeitadas por todos nós. A classe política deste país está na berlinda e tem a sua grande oportunidade de passar a limpo, para que o povo acredite que o político, verdadeiramente, é necessário.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Ângela Sousa):- Concedo a palavra ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Alex Lima falará pelo tempo de até 2 minutos, Sr^a Presidente, em homenagem ao deputado Sandro Régis.

A Sr^a PRESIDENTE (Ângela Sousa):- Com a palavra o deputado Alex Lima pelo tempo de até 2 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará por apenas 2 minutos?

O Sr. ALEX LIMA:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, o tempo será suficiente, deputado Sandro Régis, para responder. Tenho a certeza de que V.Ex^a, em razão do grau de amizade e de consideração que temos um pelo outro, me deu a oportunidade de vir a esta tribuna, mais uma vez, nesta tarde, para esclarecer um levantamento feito por V.Ex^a. Quero dizer, deputado Sandro Régis, que estou muito feliz. Já esperava que isso aqui, um dia, chegasse nas discussões da Casa e eu teria, enfim, a chance de falar para a Bahia e para os baianos.

Deputado Sandro Régis, quando integramos um partido, muitas das vezes, somos derrotados internamente. Foi isso que aconteceu, ao longo da minha vida de militância com o PTN. Eu sempre defendi que o nosso partido estivesse ao lado deste projeto. Foi assim na eleição de 2012, quando, na Executiva Estadual, defendi o apoio ao deputado Nelson Pelegrino, mas fui derrotado. Foi assim na eleição de 2014, quando o partido apoiou a candidatura do Democratas, mas tentei que, ao menos, déssemos apoio à candidatura da senadora Lídice da Mata, mas fui derrotado,

deputado, mais uma vez. Não me restou outra coisa a não ser seguir as orientações partidárias – posso dizer a V.Ex^a do fundo do meu coração – muito menos pela figura do ex-governador Paulo Souto, que é um homem sério e íntegro, e muito mais pelo que representa de atraso o grupo político que essa candidatura representaria. A democracia, que fez 30 anos no último domingo, tardou de chegar na Bahia.

Então, quero, Sr^a Presidente, contando com a sua tolerância, esclarecer os questionamentos do Líder Sandro Régis, dizendo que sempre fui contra que o meu partido fizesse parte dessa corrente política, mas, um a vez derrotado, só me coube seguir as orientações do partido. No momento em que pude ter o meu pleito atendido, o fiz de pronto e, desde o primeiro dia da nossa eleição, venho discutindo com o governo a nossa participação até concretizá-la.

Posso dizer a V.Ex^a que estou extremamente feliz de caminhar ao lado desse projeto que tem botado comida na mesa do povo mais pobre deste país e deste Estado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, pedirei a prorrogação da sessão, tendo em vista que temos de votar alguns projetos por acordo.

Os Srs. Deputados que aprovam a prorrogação desta sessão pelo tempo de até 2 horas permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Luciano Ribeiro, por 4 minutos, Herzem Gusmão, também por 4, e José de Arimatéia, pelos 3 restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, estive atento aos debates travados hoje nesta Casa. Quero repetir o que venho dizendo, em todos os meus pronunciamentos, sobre os fatos que ocorrem em nosso País. Todos nós somos representantes do povo. Aqui não há derrotados, são todos eleitos pelo povo e com legitimidade popular. Devemos ter a maturidade para encarar de frente e com grandeza o que o momento requer.

Não adianta os Líderes do governo, do PT e dos partidos aliados virem a esta tribuna ou irem às tribunas pelo Brasil a fora fazer gestos de conciliação e grandeza, dizendo que querem o debate qualificado, sem que para isso façam de fato um gesto de conciliação ou grandeza. Ele só é capaz de uma forma, ou seja, aqueles que venceram as eleições legitimamente e estão no poder reconhecerem que mentiram durante o processo eleitoral. Mentiram quando disseram que a crise hídrica de São Paulo era culpa do PSDB, e não de um problema meteorológico. Atualmente, há um

problema meteorológico em toda a Nação.

Mentiram também quando disseram que ao trabalhador brasileiro não haveria nenhuma retaliação. Mas ela hoje existe, porque os trabalhadores brasileiros estão, sim, sofrendo as retaliações próprias daqueles que não gostam do povo, daqueles que não lutam pelos próprios trabalhadores. Infelizmente quem está no poder, quem está a fazer isso é o partido que se diz diferente.

Gesto de grandeza, gesto de conciliação, gesto de chamamento à sociedade não é mentir e dizer que a Oposição defende o golpe militar. Não é mentir e dizer que a Oposição defende o impeachment, embora este seja, sim, um instrumento legal e legítimo que não é no momento defendido por nenhum partido político, pelo menos para a Oposição.

Não poderia ficar calado. Estou aqui para o grande debate. E volto a dizer que neste Parlamento os deputados obedecem à lei dos vasos comunicantes, isto é, não se pode baixar o nível de um sem automaticamente baixar o nível do outro.

A Oposição está, sim, eleita. Não derrotada. Todos neste Legislativo têm mandato popular. Todos foram eleitos. Todos são representantes do povo e estão aqui para traçar, trazer e fazer o debate que sociedade quer. A sociedade não querxingamentos! A sociedade não quer fulanização! A sociedade não quer o prejulgamento daqueles que estão sendo julgados pela Justiça! A sociedade quer que sejamos representantes legítimos do seu anseio.

Querer dizer que dois milhões de pessoas nas ruas são aqueles que votaram em Aécio?! Ora! Se Aécio perdeu a eleição, ele não tem a capacidade de mobilizar dois milhões de pessoas. Por isso, volto a repetir: nós, da Oposição, queremos o debate elevado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- O debate que a Bahia e o Brasil precisam.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários, galerias, platéia, tenho certeza, ao ouvir Líderes da Oposição e os da Situação do Partido dos Trabalhadores, que o PT não entendeu o recado das ruas. Eles continuam sem entender nada, absolutamente nada. Ouvi aqui discursos sobre a ditadura militar.

Sou de uma cidade, Vitória da Conquista, onde vi um prefeito ser preso e algemado, Pedral Sampaio, e vários outros emedebistas daquela época. Eu me lembro de Herval Soledade, prefeito de Ilhéus, de Virgildásio Sena aqui em Salvador, Chico Pinto em Feira de Santana, Waldir, Rômulo Almeida, Ulysses, João Goulart, Miguel Arraes. Mas o PT não estava lá. O PT não estava lá. Quando apareceu, foi para negar as Diretas Já, aquele movimento belíssimo no Brasil, como o de

hoje! E ele negou. Tentou descaracterizar e votou contra Tancredo no Colégio Eleitoral. Foi mais além e votou contra a Constituição Cidadã. Então é esse o partido.

Sou obrigado, com o jornalista Reinaldo Azevedo, a concordar. Ele disse que antes dos problemas da presidente Dilma Rousseff... E ela tem tantos como a corrupção, a inflação, o desgoverno, um governo perdulário, um governo de 40 ministérios! Eu diria que tem toda a razão o colunista. O problema da presidente é o próprio PT. O grande problema da Sra. Dilma Rousseff é o PT. O PT que avaliza a Venezuela, que avaliza Evo Morales na Bolívia, que avaliza Fidel Castro em Cuba. Esse é o grande problema. Ou o partido passa a entender o recado das ruas, a mensagem do povo brasileiro, de trabalhadores, estudantes, crianças, aposentados, ou vai também sangrar com o governo.

Eu gostaria que os Líderes do Partido dos Trabalhadores fizessem uma reflexão ao usarem esta tribuna para defender o governo e que eles entendessem o recado das ruas. O povo brasileiro não arrebentou uma janela, não quebrou um carro, não agrediu ninguém. Não tinha ninguém com máscara. Ali é o Brasil. O Brasil que quer governo, que quer liberdade, que quer seriedade e combate à corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, quero agradecer a V.Ex^a pela sensibilidade e importância de abrir espaço para os representantes do Hospital Martagão Gesteira, que hoje completa 50 anos de fundação.

Eu venho a esta tribuna fazer uma leitura, parabenizar esses guerreiros e guerreiras optometristas que se encontram nesta Casa e dizer que eles não estão sós.

(Lê):- *“Em primeiro lugar, quero dizer que o Conselho Mundial de Optometria representa mais de 250.000 optometristas de 50 países em 6 regiões e mantém relações oficiais com a Organização Mundial de Saúde, que reconhece o papel da optometria na prevenção mundial da cegueira. A WCO reconhece e apoia a Optometria brasileira.*

Somos um grupo de profissionais que luta pelo seu sagrado direito de exercer uma profissão livre e independente e muito importante em todas as sociedades.

A optometria é uma profissão estabelecida em muitas partes do mundo há mais de 100 anos e é definida como uma profissão de saúde autônoma com formação e regulamentação específica. A Classificação Internacional da Educação (ISCED 1997) da UNESCO inclui a Optometria nos serviços de saúde, oferecendo formação em Optometria com reconhecimento internacional.

Os optometristas são o primeiro ponto de contato na prestação de cuidados

visuais primários e, como tal, fornecem uma importante defesa contra a deficiência visual evitável e doenças oculares. Esses profissionais prestam cuidados acessíveis e de baixo custo, dentro do seu âmbito de prática e competência.”

Sr. Presidente, com vossa tolerância, não dará para ler tudo. Mas gostaria de encerrar esta leitura. Este documento, lido por mim, foi entregue ao representante da ONU que esteve nesta Casa hoje à tarde. (Palmas.)

(Lê):- *“No Brasil, somos aproximadamente 6.000 profissionais e, especificamente no estado da Bahia, contamos com cerca de 1.000 optometristas. Nossa formação conta, hoje, além do nível técnico, com 5 universidades e cursos de pós-graduação. Temos, na atualidade, vários profissionais especialistas em Neurovisão, em Optometria Pediátrica e Ortóptica.*

Alguns profissionais, inclusive, buscam seu aprimoramento em cursos internacionais. Nossa luta é pela regulamentação da Optometria e do livre exercício da nossa profissão.

Sabemos da importância do optometrista como agente de saúde visual primário, principalmente em um país cujo déficit de profissionais da saúde em geral e da saúde visual em particular para atender a demanda da população, notadamente a mais carente, é notória e indiscutível.

Vimos através desta, sabedores de que a ONU também reconhece e apoia o livre exercício optométrico.”

Concluindo, Sr. Presidente, os optometristas vieram aqui nesta tarde, porque a luta deles continua; não é só aqui na Bahia, mas em todo o Brasil.

Quero dizer a vocês que vestirei, como já vesti, a camisa de vocês. Podem contar com este parlamentar. (Muitas palmas.) E tenho certeza de que os Srs. Deputados, tanto da Oposição quanto os da Situação, votarão a favor da luta de vocês.

Vamos em frente, porque o Brasil é para todos. (Muitas palmas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, pelo tempo de 3 minutos, falarão a deputada Fabíola Mansur e, pelo tempo restante, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 3 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, subo a esta tribuna para reafirmar as palavras do colega e deputado José de Arimatéia de que o Brasil é para todos. Agora, o Brasil é para todos, deputado Joseildo, como um homem legalista, dentro da Constituição de nosso País.

Ao que me conste, o projeto que nós colocamos apenas ratifica a Constituição Federal, que diz que venda de óculos deve ser mediante prescrição médica.

Eu dediquei minha vida à promoção de saúde ocular. Entendo que optometria tem um grande papel na promoção da saúde ocular, um auxílio. Mas temos a Constituição. E aqui, recentemente, estive defendendo a Constituição em relação a atos que pediam impeachment, dos quais discordo frontalmente, e vejo que não podemos defender nesta Casa nada, primeiro, que não seja matéria estadual. O nobre deputado precisa entender que a regulamentação de uma profissão é lei federal. E a propor uma emenda substitutiva ao nosso projeto, simplesmente regulamentou a profissão em nosso Estado, criando – chegou até a entrar um gato aqui na Assembleia! (Um gato passa correndo pelo plenário.), regulamentando de forma “infralegal”.

Quero, no entanto, porque não tenho medo de debate e sou uma deputada que constrói consensos – consensos dentro da Constituição, consensos e entendimento de que há limites da profissão, porque senão estaremos aqui promovendo exercício ilegal da medicina. Temos vários tipos de possibilidades: tem cursos de nível médio e cursos de nível superior. Se apesar de terem sido, sim, autorizados pelo MEC, a profissão não foi regulamentada. Independente da profissão ser regulamentada, temos decretos que estão ainda válidos, os decretos 32 e 34.

Quando venho a esta Casa defender o povo, defendo, debato e quero aqui propor na Comissão de Saúde e na de CCJ, o debate com os representantes da categoria e o debate com os representantes da categoria dos médicos.

Sr. Presidente, peço a sua tolerância.

Vejo que aqueles que não têm medo do debate, não viram as costas para aqueles que querem promovê-lo, porque é à luz do debate que nós construímos, e é à luz do debate que nós poderemos promover a liberdade, mas dentro da Constituição.

Não estamos impedindo o livre exercício da optometria. Mas não queremos a invasão do exercício ilegal da medicina sob pena de prejudicar a saúde ocular do povo baiano e brasileiro. Também não queremos aprovar nesta Casa matérias que não dizem respeito à legislação estadual e muito menos que firam a Constituição Federal. Vamos debater. Juntos vamos debater, porque, na verdade, quando a gente defende a democracia como eu defendo, quando eu tenho a atitude de ir defender a promoção da saúde ocular, temos que ouvir o contraditório. E o contraditório está aí. Vamos debater nas comissões. E o contraditório está também nas ruas, quando de manifestação em manifestação, nós colaboramos com a construção coletiva do País que nós queremos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, meu querido amigo Paulo Rangel, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero aqui saudar os profissionais da optometria. (Palmas.) Acho que esse debate tem que ser feito nesta Casa. E dizer que esta palavra me inspirou, Sr. Presidente: optometria. (Palmas.) . Eu optei por ser PT há muito tempo. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria que não gritassem, porque a acústica aqui não é boa. Faço esse apelo aos senhores. Vamos ouvir o deputado, se quiserem aplaudir, tudo bem, mas o grito incomoda muito. Peço a compreensão dos senhores.

Pois não, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- São ainda criancinhas.

Esse partido que lutou pela reconstrução da democracia brasileira, esse partido que tem implantado políticas sociais, a exemplo do Bolsa Família, maior programa de distribuição de renda na atualidade em todo o mundo. O partido criou o Programa Luz para Todos. Pasmem! Mas, na Bahia, apenas 55% da população baiana no campo faziam o uso da energia elétrica. O partido esprou, no Brasil, universidades federais, a exemplo da Bahia que tinha uma única universidade federal há muitos anos. E com Lula e Dilma, o Nordeste recebeu mais cinco universidades.

Este é um partido que teve, em seus quadros, companheiros como Vladimir Palmeira que dirigiu a Passeata dos Cem Mil contra aquela manifestação daqueles que defendiam o golpe militar já àquela época. Este partido apoia o governo legítimo da Venezuela e apoia a soberania do povo cubano, mas, nunca, apoiou a influência do imperialismo americano.

Mas a Oposição, também, aqui, optou por ficar cega, optou por desconhecer esse trabalho e coloca, agora, o Partido dos Trabalhadores como um partido que criou a corrupção e institucionalizou a corrupção na Petrobras. No entanto, sabem eles que quem flexibilizou a lei nº 8.666, na Petrobras, foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Verdadeiramente, muitos dos nossos ou poucos dos nossos se chafurdam, também, na atual corrupção.

Mas deputado do PMDB, aqui, não tem moral para dizer quem está fora deste processo. E deputado do DEM? Inclusive, não falo só daqui, que apoiavam manifestações, que organizavam manifestações e que não querem reconhecer que o presidente do DEM, ainda outro dia, foi acusado de ter recebido uma propina de R\$ 1 milhão! Quanto ao isso, eles não querem, Sr. Presidente, de forma alguma, apurar.

Sr. Presidente, eu conheço manifestações. Mas quantos, que organizavam, não ficaram ricos a partir do uso inescrupuloso de uma legislação eleitoral que tem de ser mudada e que herdaram verdadeiros patrimônios construídos a partir da atividade política irregular?!

Portanto, vamos com calma!

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Vamos com calma, porque, com a reforma eleitoral, que creio que vem e tem de vir para valer, há de vir com financiamento público de campanha e há de vir com voto em lista. Há de se acabar com a coligação partidária, porque esta há de ser educativa. Eu tenho certeza de que muitos não voltarão a executivas municipais, estaduais, nem ao Parlamento. Assim como tenho certeza de que tal legislação facilitará, em muito, repito, em muito, a atividade política daqueles que a vida inteira a fizeram com ética e com decência em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, este debate tem de ser feito.

E vou dizer mais! V.Ex^{as} estão diante de parlamentares e de lideranças que não têm medo de manifestação. São lideranças que enfrentaram os cachorros da polícia quando o avô de Aécio Neves aqui esteve com Ulisses Guimarães! São lideranças que enfrentaram verdadeiros tanques e enfrentaram a polícia de Antônio Carlos Magalhães para fazer deste um País democrático, para fazer da Bahia uma democracia em que todos têm vez.

E a política é feita de forma diferente.

Portanto, Sr. Presidente, somos daqueles que apoiamos qualquer manifestação. Somos daqueles que acreditamos e construímos um País democrático.

Agora, há deles, hoje, que defendem o golpe mesmo, que são golpistas na alma, que não sabem reconhecer a nossa vitória. Vitórias foram singulares na vida deste País como a vitória de um operário, melhor, um metalúrgico para a Presidência da República e como a vitória da primeira mulher para ocupar o cargo de presidente da República em nosso País.

Vivemos, sim, hoje, em um País democrático e em um País em que cidadãos e cidadãs de todas as classes se veem representar. Temos um governo que governa para todos, mas um governo que tem lado!

Olha, gente, falam da crise econômica. A nossa meta era chegar a um salário mínimo de US\$ 100. Chegamos a um salário mínimo de mais de US\$ 300. Falam em déficit de emprego quando nós, ainda, temos um superávit muito alto. Criamos mais de 10 milhões de empregos em nosso País.

Portanto, optei por ser PT e opto por continuar sendo.

Concedo um aparte ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, agradeço pela concessão do aparte. Serei breve.

Queria dizer que nós reconhecemos a luta. Depois de 12 anos no poder, vocês, obviamente, teriam de apresentar, para a sociedade, alguns avanços. Reconheço que o Programa Bolsa Família é um grande avanço.

Agora, V.Ex^a não pode querer justificar, deputado, este mar de corrupção que se transformou a Petrobras ao dizer que garantiu o Programa Bolsa Família para os trabalhadores. Isso não se justifica.

Há outra coisa. Queria que V.Ex^a fizesse uma reflexão: qual o recado que as

ruas querem dar? Ora, uma parte pedia o impeachment; mas uma outra parte pedia o reconhecimento da presidente Dilma que afirmou, no período eleitoral, que a gasolina, os impostos, as tarifas de energia elétrica não sofreriam reajustes. E ela não teve a grandeza de reconhecer que, no mínimo, se equivocou, para não dizer que a presidente enganou o povo brasileiro.

Então, quanto a esta meia culpa, uma Presidência da República tem de ter a humildade para fazer. Foi esse o recado que as ruas deram. Infelizmente, a presidente da República não teve a grandeza de dar uma resposta em rede nacional, pois encaminhou dois ministros para tentar justificar o motivo da insatisfação. E, com certeza, eles não conseguiram fazer, porque o povo brasileiro não compreendeu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte, mas, infelizmente, discordo.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que vamos continuar fazendo este debate, aqui, de cabeça erguida, sem medo, com a tranquilidade daqueles que nunca torturaram nem vão torturar nem apoiaram torturadores; com a firmeza, a clareza e a grandeza daqueles que nunca se arrependeram e nunca se arrependerão de fazer deste um País democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Conforme anunciado, há vários projetos de utilidade pública como o projeto que trata da entrega da Medalha Dois de Julho.

Gostaria de que os Srs. Deputados ficassem atentos, pois será no computador e será rápido.

O primeiro projeto é o da deputada Fabíola Mansur que concede Título de Cidadão Baiano ao ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

Falta o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Quem é da Comissão de Constituição e Justiça? O deputado Paulo Rangel é da Comissão?

Com a palavra o deputado Paulo Rangel para relatar o parecer.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, não é deselegância. Mas conheci o ministro. Por isso, eu não gostaria de relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Então, com a palavra deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Joseildo, V.Ex^a poderia relatar esse Título de Cidadão Baiano para o ex-Ministro do Supremo Tribunal

Federal Ayres Britto?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, passo a relatar a matéria proposta, de Projeto de Resolução nº 2.296/2015, de procedência da deputada Fabíola Mansur, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto. Manifesto pela aprovação por ser matéria legal, constitucional e de boa técnica legislativa. **(Publicado no DL em 10/02/15)**

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Srs. Deputados, vamos votar agora o Título de Cidadão Baiano para o Ministro Carlos Augusto Ayres de Britto. A votação é secreta.

Em votação.

(Pausa.)

Tem de ter 32 votantes, senão não pode votar.

(Pausa.)

Se não tiver, não vota.

O Sr. Adolfo Viana: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

Aqui ninguém pediu verificação de quórum. Tinha cinquenta e tantos, tem que ter 32 votos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu quero pedir que V.Ex^a faça uma verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora eu não posso mais, já está em votação, deputado, agora eu não posso. Ninguém pediu verificação de quórum.

O Sr. Adolfo Viana: Sr. Presidente, eu estou observando que não existem 32 Srs. Parlamentares agora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se não tiver 32, não vota. Eu só posso votar, se tiver 32, deputado. Ninguém pediu verificação de quórum, já tem 23, vai ter sim, se não tiver 32, eu não posso votar.

Eu vou esperar os 25 minutos. Tem que ter 32 votos.

Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, quórum de votação. Nós vamos cortar o ponto. Vou cortar mesmo, não tenham a menor dúvida. Eu já avisei aqui que nós, terça-feira, tendo votação, até Título de Cidadão e Utilidade Pública, quem não vier, eu corto o ponto. O deputado Joseildo estava em Feira de Santana, num enterro, fez questão de sair de Feira para poder votar. Então, infelizmente, eu não posso, sob hipótese alguma, abrir mão do que foi acertado.

Srs. Deputados, quórum de votação.

(Pausa.)

Todo mundo sabe da relação que eu tenho aqui com os deputados, mas quem não participar de votação eu corto o ponto. Foi acertado na Mesa e comunicado aqui no Plenário. O deputado que não quiser, faça a justificativa que eu levo para a Mesa Diretora que ela abona ou não. Eu só abono com atestado médico.

(O Sr. Presidente faz a chamada dos deputados que faltam votar.)

Srs. Deputados, não terei tolerância ao deputado que não vier na terça-feira para votar.

(O Sr. Presidente continua chamando os Srs. Deputados para a votação.)

(Pausa.)

Vou encerrar a votação. Vou passar para o próximo.

Encerrada a votação. Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.296/2015: Sim 29; Não 5; abstenção 3. Portanto, aprovado o Título de Cidadão.

Os deputados, para não terem o ponto cortado, hoje, têm que votar, no mínimo, 3 projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Próximo Projeto Resolução de nº 2.301/2015 do deputado Bobô, que concede o Título de Cidadão Baiano ao empresário, deputado estadual, Marcos Antunes Novaes, nosso querido Manasses. **(Publicado no DL em 12/03/15).** Faço um apelo aos deputados, é um colega nosso. Em que Estado V.Ex^a nasceu? (pausa.) São Paulo e nos honra muito como deputado e gostaria muito que os Srs. Deputados, se possível, é óbvio que o voto é secreto, mas que concedessem o Título.

Designo, para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu 4º vice, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, tendo em vista que esse Título de Cidadão Baiano é para, hoje, nosso nobre colega deputado Pastor Manasses, e que este Título já foi pedido nesta Casa, e que eu, no momento, por causa de desgaste, das asperezas da vida, que ele estava apressado para chegar nesta Casa, querendo o gabinete 109, fiz um pedido no pé de ouvido dos colegas deputados. Eu me arrependo, neste momento, e peço a todos os meus pares, por unanimidade o Título de Cidadão Baiano para esse maravilhoso pastor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra para relatar o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- (Lê):- *“A Assembleia Legislativa resolve: Art. 1º - Fica concedido, com fulcro no art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 1.271/98 o Título de Cidadão Baiano ao empresário e Deputado Estadual, Marcos Antônio Novaes.”*

O projeto é constitucional e opino pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel, no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em plenário, em votação. Quem quer aprovar vota “sim”, quem quer reprovar vota “não”, para se abster vota “abstenção”. Em votação o projeto, é o nosso colega deputado Manassés. Vamos agilizar, Srs. Deputados, porque são vários projetos.

(Votação secreta.)

(O Sr. Presidente procede à chamada dos ausentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Lembrando aos Srs. Deputados que quem não votar o projeto, terá o ponto cortado.

Vou encerrar a votação.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a deve procurar o oftalmologista ou a deputada Fabíola deve atendê-lo. (Risos.)

Resultado: aprovado o Projeto de Resolução nº 2.301/2015: Sim, 38; Não, 1 voto.

Ninguém vai saber quem foi esse, parabéns deputado. V.Ex^a passa a ser o novo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto de Resolução de nº 2.302/2015, do deputado Augusto Castro, concede o Título de Cidadão Baiano ao desembargador federal Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho, designo o deputado Paulo Rangel para relatar no âmbito das comissões. **(Publicado no DL em 12/03/15)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra para relatar o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, (Lê):- *“Projeto de Resolução nº 2.302/2015, concede o Título de Cidadão Baiano ao Desembargador Federal Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho. Fica concedido, com fulcro no art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 1.271/98 o Título de Cidadão Baiano ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho.”*

Opino pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Paulo Rangel, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. Augusto Castro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Sr. Presidente, esse Título de Cidadão Baiano é para o presidente do Tribunal Regional Federal desembargador Cândido Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

Só explicando: esse Título de Cidadão é para um juiz federal Cândido Ribeiro apresentado pelo nosso amigo Augusto Castro.

Em votação. Srs. Deputados, por favor, sejam rápidos porque senão vamos passar a noite toda aqui.

Em votação.

(Os Srs. Deputados procedem à votação secreta.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação.

Resultado: Aprovado: Sim, 35; Não, 5. Portanto, aprovado o projeto de resolução do deputado Augusto Castro que leva o número 2.302 que concede o Título de Cidadão Baiano ao desembargador federal Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho.

O próximo projeto de resolução de nº 2.303/2015 é também do deputado Augusto Castro que concede o Título de Cidadão ao juiz federal Antônio Oswaldo Scarpa. **(Publicado no DL em 12/03/15)**

Designo para relatar a matéria o meu querido amigo Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Projeto de nº 2.303/15. (Lê):- *“Fica concedido, com fulcro no art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 1.271/98 o Título de Cidadão Baiano ao juiz federal Antônio Oswaldo Scarpa.”*

O projeto é constitucional. A minha opinião é pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em Plenário. Em votação. A votação é secreta.

(Os Srs. Deputados procedem à votação secreta.)

O Sr. Fábio Souto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Eu vou fazer uma solicitação a V.Ex^a para que em outra oportunidade nós possamos ter conhecimento das pessoas em que vamos votar, pelo menos uma hora antes para procurarmos até saber da pessoa, da vida do cidadão, da pessoa a qual vamos dar o Título. Pelo menos uma hora antes, se possível no dia anterior para termos ideia em quem vamos votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. V.Ex^a tem razão.

Vamos fazer o seguinte. O Título de Cidadão tem que ser acertado no dia anterior para que os deputados sejam informados da Ordem do Dia.

Façamos o seguinte: quando for aprovado o Título de Cidadão, na terça-feira, nós avisamos na segunda e o projeto ficará na secretaria-geral das Comissões, na mesa, para que o deputado vai lá e olha o currículo da pessoa. Não vou tirar xerox para mandar, porque são 63 deputados.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Jânio Natal:- Sr. Presidente, manda um memorial sintetizado para cada deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, fica na Ordem do Dia, porque Título de Cidadão é acertado na hora. Os deputados chegam aqui e pedem e é difícil negarmos a aprovação. Então, vamos acertar.

A solicitação dos deputados Fábio Souto e Jânio Natal é justa. Se acertarmos aqui que, pelo menos, tem que acertar na véspera, aprovamos aqui e não vamos abrir exceção. Os deputados Fábio e Jânio estão levantando uma tese, que é correta, que tomassem conhecimento, pelo menos duas horas antes, do currículo do homenageado. Na realidade, o projeto é apresentado com antecedência, está na Ordem do Dia, não é na hora. É óbvio que ninguém fica olhando o currículo das pessoas que podem ser votadas. São diversos títulos que acertamos na hora quais serão votados.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, sobre essa questão da biografia do homenageado, tenho um projeto de lei nesta Casa, que está tramitando, sobre nome de ruas, identificação de logradouros. Na verdade, é uma homenagem que a instituição presta a uma personalidade. Nessa linha, algo mais fácil, Sr. Presidente, que facilitaria a todos nós, seria uma pequena ementa. O autor do projeto fizesse uma pequena ementa na mídia eletrônica, entregasse à Mesa e ela mandaria para os gabinetes com antecedência. Nessa linha do deputado Fábio Souto, para se conhecer quem é o homenageado. Ao se fazer o projeto, mesmo que fique aí na Mesa, essa pequena biografia para o interessado, naturalmente, poder pesquisar mais.

Modéstia à parte, todas as vezes que, com antecedência, se coloca o nome, vou lá e procuro saber em quem estou votando. Em função da minha profissão, do meu ofício de professor de História, tenho a mínima obrigação de cuidar da memória deste país. Um expediente simples, sugiro que seja feita uma ementa do homenageado, se distribua por meio eletrônico e seja mandado para todos os gabinetes.

É essa a minha sugestão para a Mesa Diretora, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Agradeço, deputado.

Srs. Deputados, faço um apelo para votarmos com urgência.

Encerrada a votação. Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.303/2015: Sim -

36, Não – 6.

Portanto, aprovado o projeto de resolução nº 2.303/2015, do deputado Augusto Castro, que concede o Título de Cidadão Baiano ao Juiz Federal Antônio Oswaldo Scarpa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Próximo projeto de resolução de nº 2.307/2015. Esse é um projeto da deputada Maria del Carmen, concede a Comenda Dois de Julho ao político baiano Zezéu Ribeiro, in memoriam, é claro. A deputada Maria del Carmen foi muito feliz com a iniciativa desse projeto. **(Publicado no DL em 18/03/15)**

Designo o deputado Joseildo Ramos para relata a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, passo a relatar o projeto nº 2.307/2015, que concede a Comenda Dois de Julho ao político baiano José Eduardo Vieira Ribeiro, conhecido por Zezéu Ribeiro.

Desta tribuna, gostaria de fazer um apelo a todos os pares da Oposição e Situação em função do recente passamento de alguém que contribuiu bastante para a consolidação da nossa jovem democracia.

A esta Casa, neste momento, num ato de justiça à vida devotada à melhoria da qualidade de vida de todos os baianos e brasileiros, peço – peço a todos os meus pares – que, à unanimidade, votemos essa Comenda.

Opino pela legalidade e constitucionalidade. O meu parecer é positivo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Joseildo Ramos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação. É do saudoso deputado Zezéu Ribeiro.

Encerrado. Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.307/2015: “Sim”, 41, com uma abstenção. Foi aprovado o projeto do nosso saudoso Zezéu Ribeiro. Até para um falecido sempre tem um que vota contra, o voto é secreto, é realmente inacreditável, mas é um direito do deputado.

Projeto de resolução 2.182/2015, do deputado Marcelino Galo, que concede a Comenda Dois de Julho a Raimundo Bispo dos Santos, Mestre King, precursor da dança afro-brasileira, elemento fundamental do repertório cultural baiano. **(Publicado no DL em 19/03/15)**

Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, passo a relatar o projeto de resolução nº 2.182/2015, que concede a Comenda Dois de Julho a Raimundo Bispo

dos Santos, Mestre King, professor de dança afro-brasileira, elemento fundamental do repertório cultural baiano e instrumento de inclusão social, modificador das injustiças sociais.

Este projeto é legal, constitucional e tem boa técnica legislativa. Opino por sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Joseildo Ramos no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

No Plenário. Em votação o projeto que concede a Comenda Dois de Julho a Mestre King.

Srs. Deputados, em votação!

(Pausa.)

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.182/2013: 33 “sim”, 10 “não” e uma abstenção.

Foi aprovado o projeto de resolução nº 2.182/2013.

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Próximo projeto. Projeto de resolução nº 2.300/2015 do deputado Marcelino Galo que concede a Comenda Dois de Julho ao bailarino e coreógrafo Carlos Américo Moraes Machado. **(Publicado no DL em 22.05.13)**

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. Paulo Rangel:- (Lê): *“Projeto 2.300/2015. Concede a Comenda Dois de Julho a Carlos Américo Moraes Machado, pelos serviços prestados à sociedade baiana e ao desenvolvimento da dança e da coreografia no Estado da Bahia, com fulcro na Resolução nº. 1277, de 11 de agosto de 1999.”*

O projeto é legal e constitucional. Portanto, opino pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Em votação no Plenário.

(Os Srs. Deputados procedem à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.300/2015: “Sim”, 29 “Não”, 3, e duas abstenções. Portanto, aprovado o projeto de resolução nº 2.300/2015. **(Publicado no DL em 26/02/2015)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto de nº 2.298/2015 é

do deputado Marcelino Galo, que concede a Comenda Dois de Julho à coreógrafa, professora, pesquisadora e gestora Lia Robatto. **(Publicado no DL em 13/02/2015)**

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PAULO RANGEL:- Projeto de resolução nº 2.298/2015, que concede a Comenda Dois de Julho à coreógrafa, professora, pesquisadora e gestora Lia Robatto por sua contribuição para o desenvolvimento do Estado da Bahia por meio da dança e da gestão, formulação e implementação de políticas públicas de cultura, com fulcro na Resolução nº. 1.277, de 11 de agosto de 1999.

O projeto é legal e constitucional. Eu opino por sua aprovação, Sr. Presidente.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel ao projeto de resolução nº 2.298/2015, que concede a Comenda Dois de Julho à coreógrafa, professora, pesquisadora e gestora Lia Robatto.

Em votação.

(Os Srs. Deputados procedem à votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.298/2015: “Sim”, 35, “não”, 7, uma abstenção. Aprovado o projeto nº 2.298/2015, de autoria do deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto, do deputado Marcelino Galo, Projeto de Resolução nº 2.180/2013, que concede a Comenda Dois de Julho a Maria Stella de Azevedo Santos, Mãe Stella de Oxóssi. **(Publicado no DL em 21/05/13)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. Robinho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Robinho.

O Sr. Robinho:- Sugiro que, quando das votações, sejam os projetos enviados para o e-mail de cada deputado. Estou votando “sim” para todos, mas não sei de quem se trata. A Casa toda está votando “sim”, não serei a ovelha negra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a Ordem do Dia é enviada para o gabinete de V.Ex^a. Pegunte a sua assessoria, V.Ex^a que é um deputado novo, pois a Ordem do Dia, que o presidente assina e envia para os gabinetes, tem as matérias. Lá está escrito quais são os projetos que serão votados.

(Manifestação fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem razão. O erro é quando o deputado apresenta na véspera, e votamos por acordo de Lideranças. A Ordem do Dia é enviada para os gabinetes. Estão na Ordem do Dia os projetos que podem ser votados.

O Sr. Robinho:- Na Ordem do Dia estão os projetos, mas não fala da vida de

cada um, onde nasceu, se é maior, menor, se é ficha limpa, ficha suja.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o projeto na íntegra está na internet. Reconheço que V.Ex^a tem razão. Às vezes, o deputado pede para votar por acordo, é um Título de Cidadão, não é nada polêmico, a maioria é desconhecida. Confia-se no Líder, que dispensa as formalidades.

Com a palavra o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PAULO RANGEL:- Projeto de Resolução nº 2.180/2013, concessão da Comenda Dois de Julho a Maria Stella de Azevedo Santos, Mãe Stella de Oxóssi, ialorixá do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, escritora e membro da Academia de Letras da Bahia.

O projeto é legal e constitucional. Opino pela sua aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel. Os Srs. Deputados que o aprovam, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça permaneçam como se encontram. (pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação no Plenário. A votação é secreta.

(Os Srs. Deputados votam secretamente.)

Votação encerrada. Resultado: o Projeto de Resolução nº 2.180/2013, foi aprovado com 28 votos sim, 12 votos não e 2 abstenções.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Último projeto. Deputada Fabíola Mansur, tenho em mãos o projeto de V.Ex^a, que é de maioria absoluta, ou seja, tem de ter 32 votos para ser aprovado. Eu acredito que o quórum esteja pequeno para poder votar. Pelo bom senso, é melhor não colocar o projeto em votação, porque, em razão do quórum, dificilmente estamos alcançando 32 votos. É melhor não votar, porque o quórum é qualificado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto de nº 2.305/2015 é de autoria do deputado Carlos Geilson, o qual concede Título de Cidadão Baiano ao Dr. Mário Valério Gazim. **(Publicado no DL 14/03/15)**

Designo o deputado Paulo Rangel para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Projeto de Resolução de nº 2.305/2015. Fica concedido, nos termos da Resolução de nº 1.271/98, o Título de Cidadão Baiano a Mário Valério Gazim. O projeto é legal e constitucional, Sr. Presidente, e opino pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre

deputado Paulo Rangel. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Registro que esse título foi solicitado pelo deputado Carlos Geilson, e eu fiz questão de subscrever a dispensa de formalidades. Mário Gazim é uma das figuras mais importantes do comércio brasileiro. Hoje, Gazim, só na Bahia, tem um movimento de mais de R\$ 436 milhões, gerando mais de 500 empregos em Feira de Santana. No Brasil, hoje, ele, tranquilamente, tem um faturamento de mais de R\$ 3,5 bilhões. É uma das figuras mais conceituados no ramo de transporte em todo o País. Portanto, V.Ex^{as} podem ter tranquilidade ao votar em Mário Gazin.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução nº 2.305/2015: 38 “sim”, 4 “não” e uma abstenção

Portanto, foi aprovado o projeto de resolução citado anteriormente.

Último projeto, de autoria do deputado Marcelino Galo. Projeto de resolução nº 2.297/2015, que concede a Comenda Dois de Julho à dançarina, professora e doutora Dulce Tamara Lamago Silva e Aquino. **(Publicado no DL em 13/02/2015)**

Para relatar a matéria, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Projeto de resolução nº 2.297/2015, que concede a Comenda Dois de Julho à dançarina, professora e doutora Dulce Tamara Lamago Silva e Aquino por sua contribuição para o desenvolvimento do Estado da Bahia no ensino, pesquisa e extensão, além de formulação e implementação de políticas pública de dança, com fulcro na Resolução nº 1.277, de 11 de agosto de 1999.

O projeto é legal e constitucional.

Opino pela sua aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Paulo Rangel no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Votação no Plenário.

Resultado: Aprovado 21 “sim”, 12 “não” e duas abstenções.

Aprovado.

Há um requerimento assinado pelo Líder da Maioria e pelo Líder da Minoria que dispensa formalidades para projetos de utilidade pública, de números

21.094/2015, do deputado Zé Neto (**Publicado no DL em 04/03/2015**); 21.095/2015, do deputado Fabrício Falcão (**Publicado no DL em 04/03/2015**); 21.096/2015, do deputado Bruno Reis (**Publicado no DL em 04/03/2015**); 21.097/2015, do deputado Tom Araújo (**Publicado no DL em 04/03/2015**); 21.108/2015, do deputado Adolfo Viana (**Publicado no DL em 07/03/2015**); 21.109/2015, do deputado Bira Corôa (**Publicado no DL em 07/03/2015**); 21.110/2015, do deputado Carlos Geilson (**Publicado no DL em 07/03/2015**); 21.111/2015, do deputado Roberto Carlos (**Publicado no DL em 07/03/2015**); 21.112/2015, do deputado Antônio Henrique Júnior (**Publicado no DL em 07/03/2015**); 21.120/2015, do deputado Roberto Carlos (**Publicado no DL em 14/03/2015**); 21.121/2015, do deputado Alan Sanches (**Publicado no DL em 14/03/2015**); 21.126/2015, do deputado Sandro Régis (**Publicado no DL em 18/03/2015**); e 21.127/2015, do deputado Alex Lima (**Publicado no DL em 08/03/2015**).

Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça. Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, os projetos de números 21.094/2015, 21.095/2015, 21.096/2015, 21.097/2015, 21.108/2015, 21.109/2015, 21.110/2015, 21.111/2015, 21.112/2015, 21.120/2015, 21.121/2015, 21.126/2015 e 21.127/2015 se encontram de acordo com as normas legais, regimentais, e por isso o nosso parecer é favorável.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Zé Raimundo no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. No Plenário, os projetos citados anteriormente. Neste caso, a votação é aberta. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Deputado Luiz Augusto, registre o seu voto, que é o primeiro voto, não é? V.Ex^a já votou algum projeto anterior? Votou 3? Apesar de a Casa estar querendo economizar R\$800 de cada deputado quando corta um dia, V.Ex^a é um deputado assíduo, é Líder, e não tinha visto V.Ex^a. Então, eu agradeço.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Convoco uma sessão extraordinária a realizar-se 1 minuto após o encerramento desta para votarmos em 2º turno esses projetos, que exigem 2 turnos.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*